

EM TEMPO:

Quinzenário nacional • N.º 182 • Ano VI • de 1.º a 15 de dezembro de 1983. • Cr\$ 200,00

ELEIÇÕES DIRETAS JÁ

O PT leva para as ruas a campanha por eleições diretas num ato público unitário que reuniu mais de quinze mil pessoas

Convenção do PT no Rio Grande do Sul: a democracia na construção partidária

pg. 16

Bloco Operário Popular: a tática de frente única

pg. 7

As máquinas param no ABC

pg. 11

Lilian e Universindo
Depois da
libertação,
reconhecem
seqüestradores

Com a libertação de Lilian Celiberti e Universindo Rodriguez Diaz volta à tona um dos mais escandalosos desmandos dos órgãos de repressão brasileiros e uruguaios.

Em novembro de 1978, numa operação realizada por órgãos de segurança uruguaios e com a colaboração direta do DOPS gaúcho, Lilian e Universindo, juntamente com as crianças Camilo e Francesca, seus filhos então com 9 e 1 anos de idade, foram seqüestrados, torturados e levados ao Uruguai sob a acusação de subversão.

Através de uma denúncia anônima, dois repórteres gaúchos, Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco, ficaram sabendo de um casal urguai que estaria sendo seqüestrado em Porto Alegre. Ao se dirigirem ao endereço denunciado, lá encontraram Lilian e policiais brasileiros que, ao se certificarem da condição de jornalistas dos dois, mandaram-lhes embora e os ameaçaram para que nada falassem, pois se tratava de uma operação secreta.

Com a denúncia feita pelos dois repórteres, a sociedade brasileira se revoltou com o fato e, de diversos setores, surgiram apoio ao esclarecimento do seqüestro.

Após investigações, denunciou-se o delegado Marco Aurélio da Silva Reis, diretor do DOPS gaúcho na ocasião; o delegado Pedro Seelig, um dos mais conhecidos torturadores brasileiros, inclusive já denunciado em listas divulgadas por EM TEMPO; o policial Orandir Portassi Lucas, ex-jogador de futebol conhecido como "Didi Pedalada"; a escritã Faustina Severino Elenira, já falecida. Denunciou-se também diversos policiais uruguaios, entre eles, Eduardo Ferro, capitão do Exército; José Bassani, major. Apesar das acusações, apenas Didi Pedalada, foi condenado a 6 meses de detenção, com direito a sursis, por abuso de autoridade. Pedro Seelig foi então absolvido por falta de provas.

Algum tempo depois, em 1980, um dos militares uruguaios envolvidos no seqüestro, o soldado Hugo Valter Garcia Rivas, desertou dos serviços de repressão uruguaios e denunciou à imprensa brasileira que havia tomado parte no seqüestro juntamente com mais 15 outros uruguaios e um grande número de brasileiros.

Com a libertação de Universindo e Lilian, todas as suspeitas se confirmaram com o reconhecimento por parte deles, através de fotos, dos envolvidos.

Numa entrevista à imprensa brasileira, Lilian declarou: "Eu e Universindo Diaz temos um compromisso conosco mesmos, mas principalmente com muitos



Resenha
Nacional



companheiros nossos — uruguaios, argentinos e chilenos — que não podem falar, prestar nenhum testemunho, porque estão desaparecidos. Tivemos a sorte, dentro de todo nosso azar, de ter dois jornalistas que comprovaram nossa prisão ilegal em Porto Alegre e nosso traslado para o Uruguai. Outros não tiveram a mesma oportunidade, e quem sabe onde estão? Talvez as mesmas pessoas envolvidas no nosso caso possam explicar e,

por isso, não hesitamos em identificá-las."

Em Punta Rieles, presidio onde Lilian esteve presa e onde sofreu torturas físicas e psicológicas ainda hoje estão mais de 120 mulheres...

No presidio de Libertad ainda existem 860 presos, sob as mesmas condições a que Universindo Diaz foi submetido, torturas e pressões psicológicas...

Aonde estão os culpados?

Atentado ao Estadão
E o terror volta à cena

No último dia 14 de novembro, no final da tarde, um automóvel Voyage explodiu no estacionamento externo do jornal O Estado de S. Paulo. Estava armado com dois botijões de gás ligados a um detonador acoplado a um relógio despertador comum.

O incidente, sem maiores consequências materiais, tão logo noticiado deu campo ao surgimento de diversas causas que o justificassem. Desde a cobertura que o jornal vinha dando aos escândalos que envolvem o governo Figueiredo, como o caso Capemi ou o caso Coroa-Brastel, até suposta vingança de grupos mafiosos ligados a Tommaso Busceta.

Em meio a tantas hipóteses, apenas uma certeza: o atentado teve origem a partir de grupo de extrema-direita, conclusão compartilhada até pelo próprio

jornal que solicitou a este quinquenário, dias após o atentado, um exemplar de nossa histórica edição n.º 17 que publicava lista de torturadores ligados à extrema-direita no país.

Com o prosseguir das investigações, o caso tende a acabar impune, sem que se chegue a qualquer conclusão.

No momento em que a ditadura se vê forçada a aceitar até a tese de eleições diretas para a presidência da República, os setores reacionários de direita continuam agindo de forma impune. É necessário que as forças que integram o movimento operário e popular repudiem atitudes de violência e exijam que desta vez, ao contrário do que aconteceu com os atentados ao Riocentro e à OAB, os responsáveis sejam identificados e punidos.

Passarinho na Previdência
Com a faca na mão

Com um déficit de 680 milhões de cruzeiros previsto para este ano e um outro de 2,3 bilhões para o ano que vem, a Previdência provocou a mais recente crise no governo Figueiredo, com a substituição do ministro Hélio Beltrão pelo candidato do PDS derrotado ao governo do Pará, Jarbas Passarinho.

A crise da Previdência Social é antiga. Foi em nome de um estouro de caixa que, em 1981, o governo Figueiredo tomou uma série de medidas anti-populares: aumentou a alíquota da contribuição; retirou 10% sobre o INPC para os aposentados na faixa de 1 a 3 salários-mínimos; estabeleceu um teto máximo de gastos para a assistência médica e adotou uma redução de 50 a 80% no valor dos benefícios dos aposentados que voltassem a trabalhar. Com elas, dizia o governo, o problema da Previdência estaria resolvido até o ano 2.000.

Naquela época, EM TEMPO já denunciava (edição n.º 135, pag. 7) que as medidas, embora profundamente nocivas aos interesses dos trabalhadores, não resolveriam o problema da Previdência. A política econômica recessiva e o arrocho salarial adotados pelo governo, dizíamos, funcionam como um forte redutor das receitas do INAMPS já que fazem encolher a massa salarial sobre a qual incide a taxa da Previdência. Neste sentido, era de se prever que, paralelamente ao aumento do desemprego e à diminuição dos salários, a crise da Previdência se agravaria cada vez mais.

Dois anos depois, um novo rombo bate às portas da Previdência. Hélio Beltrão, candidato

declarado à sucessão de Figueiredo, não podia assumir novas medidas anti-populares, que lhe eram exigidas pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto. Após uma série de escaramuças, saiu, criticando a política econômica do governo, em um quase manifesto de lançamento de sua candidatura à Presidência.

Jarbas Passarinho assumiu, levantando várias hipóteses: extinção dos auxílios natalidade e funeral, fim do atendimento médico gratuito e limitação da aposentadoria por tempo de serviço. Como se não bastassem os 35 anos de serviço exigidos pela Previdência para a aposentadoria por tempo de serviço, fala-se agora em acrescentar a ela a exigência de se ter 60 anos de idade. Um ministro chegou ao cúmulo de afirmar que os brasileiros vivem demais e aposentam-se muito cedo...

Hoje a expectativa média do brasileiro é de apenas 59 anos. O mais curioso, porém, é a situação dos mais ardorosos defensores da medida: o ex-ministro Jair Soares aposentou-se aos 49 anos de idade, como dentista da Assembléia Legislativa gaúcha; o ministro Delfim Neto aposentou-se aos 53 anos de idade como professor da Faculdade de Economia da USP e o próprio Jarbas Passarinho é aposentado há mais de quinze anos como coronel do Exército brasileiro.

Descaramento à parte, o fato é que se 1983 foi o ano dos decretos do arrocho salarial, 1984 promete ser o ano em que vão novamente tentar enfiar a faca nas costas dos segurados do INAMPS, fazendo-os pagar em dobro os custos da crise econômica.

Pesquisa Nacional/IBGE
A recessão e a miséria

População Economicamente Ativa (*)

Faixas de renda	1980	1982
até 1 Sal. min.	34,20%	40,85%
de 1 a 2 Sal. min.	30,40%	27,47%
de 2 a 5 Sal. min.	23,68%	21,39%
de 5 a 10 Sal. min.	7,06%	6,61%
de 10 a 20 Sal. min.	3,14%	2,79%
20 e mais	1,52%	0,89%

(*) População com ou mais de 15 anos, que era 46.928.800 em 1982

As informações da PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgadas pelo IBGE no último dia 10 indicam os efeitos arrasadores da recessão sobre a renda dos brasileiros. De 1980 a 1982, a porcentagem das pessoas que recebiam até um salário mínimo, como parcela da população economicamente ativa, aumentou de 34,2% para 40,8%. A pesquisa mostra, igualmente um forte achatamento dos salários dos setores médios.

Mais do que isso, as informações da PNAD revelam a pobreza absoluta da esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros. De acordo com a pesquisa, cinco milhões de brasileiros

que trabalham de 39 a 49 horas semanais nada recebem por seu trabalho (são em geral os vinculados às atividades agrícolas); dez milhões recebem até meio salário-mínimo; outros 11,7 milhões recebem de meio a um salário mínimo; 12,8 milhões, por sua vez, ganham uma remuneração mensal de um a dois salários.

Como sabemos, pelos cálculos do DIEESE, o salário-mínimo hoje deveria ser quatro vezes maior que o vigente para que o trabalhador pudesse sustentar a si e a sua família, adquirindo apenas aqueles bens previstos na lei que o instituiu.

Começa a mobilização popular pelas diretas

No domingo, 27 de novembro, entre 15 e 20 mil pessoas se reuniram em São Paulo, na praça Charles Muller, em frente ao estádio do Pacaembu, no primeiro ato público pela volta das eleições diretas ao país. O número de presentes foi, sem dúvida, inferior ao esperado, quando se levava em conta que o ato era convocado pelo PT, pelo PMDB, pelo PDT, pela CUT, pela CONCLAT — Praia Grande, pela UNE, pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, pela UNE, e por outras entidades, num total de 70.

De fato, toda a massa presente era petista, do mesmo modo que a imensa maioria das bandeiras e faixas. O governador Montoro, que no dia anterior tinha reunido os governadores de oposição em palácio para lançar um manifesto pelas eleições diretas, não compareceu ao ato, apesar de convidado e de o seu partido ser um dos organizadores. Fica claro, portanto, que o PMDB não se empenhou na convocação e na realização do ato, para dizer o mínimo.

Estava também entre os objetivos da manifestação o posicionamento contra a intervenção imperialista em Granada e na Nicarágua. Este foi, aliás, um dos pontos altos do ato, quando todos os presentes cantaram o hino da Frente Sandinista. O conteúdo da manifestação, assim, foi reforçado, com a expressão da identidade com a luta dos trabalhadores em todo o mundo pela sua emancipação. Alguns analistas da grande imprensa, aliás, responsabilizaram a inclusão da defesa da Nicarágua no ato pela não participação de muitos setores: esta inclusão teria "estreitado" o ato. Se bem é verdade que setores do PMDB ou do PDT não se identificam com a causa da emancipação dos povos, não parece que este fato tenha sido responsável pela sua não participação. Mas simplesmente, não estão empenhados nem interessados na **mobilização popular** pelas eleições diretas.

Num comício que se tornou petista, os discursos mais importantes foram de dirigentes petistas.

Jair Meneghelli, coordenador da CUT, ressaltou que as eleições diretas por si mesmas não resolvem nada, que o importante é um programa de defesa dos interesses dos trabalhadores. Apontou que o caminho é a realização da greve geral, que a CUT está convocando para 1984.

Lula, que encerrou o ato, fez a colocação mais ampla. Assinalou que a manifestação era apenas a primeira de uma série, que a mobilização deveria ser intensificada. Disse também que na luta pelas eleições diretas, duas coisas deveriam ser evitadas: que venham por negociações de gabinete, e que se estabeleça um "mandato-tampão" antes das eleições diretas.

Lula também disse que as eleições diretas apenas não resolvem os problemas da classe trabalhadora, e que o importante é a defesa de um programa que atenda aos seus interesses. Enumerou os elementos básicos deste programa:

- estabelecer relações com a Nicarágua, Cuba e todos os países socialistas.
- mudar a política econômica, rompendo com o FMI
- liberdade e autonomia sindical, devolução dos sindicatos cassados aos trabalhadores.
- liberdade de organização partidária.
- o fim da corrupção
- contra a energia nuclear
- fim da Lei de Segurança Nacional
- apoiar a OLP e todos os cidadãos oprimidos deste mundo.

Apesar de uma participação menor do que o esperado, um acontecimento importante. Contra os conchavos com o regime, uma campanha pelas eleições diretas baseada na mobilização popular.



Foto: Munir

Editorial

Eleições Diretas e a Constituinte

Nas últimas semanas, intensificaram-se as movimentações pelas eleições diretas para Presidente da República. O próprio Figueiredo deu o sinal, com as suas entrevistas africanas. Apesar da confusão e dos desmentidos das suas declarações, ficou claro que o general-presidente tinha alguma simpatia pelas eleições diretas.

Imediatamente, intensificaram-se as manifestações neste sentido por parte dos principais representantes do regime: o vice-presidente Aureliano Chaves, o líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, governadores do PDS. O articulador político principal do regime, Leitão de Abreu, ministro-Chefe da Casa Civil, passou a se movimentar com especial desenvoltura, defendendo um "governo de transição, de dois ou três anos, para administrar a crise econômica e evitar radicalizações" (entrevista ao programa "Fantástico", da Rede Globo, no domingo 27). Trata-se de uma nova versão da proposta de "mandato-tampão", já defendida há muito por personalidades como Leonel Brizola. Dentro do PDS, formou-se um grupo pelas eleições diretas.

Na área do regime, as únicas manifestações contrárias ao movimento pelas diretas partiram de Paulo Maluf, de seu principal apoiador no Congresso, o presidente da Câmara, Flávio Marçílio, e do ministro Andreazza. Não é de espantar: estes setores já "investiram" muito no colégio eleitoral, não teriam nenhuma chance em eleições diretas.

O sentido das eleições diretas para o regime é claro. Em primeiro lugar, o Palácio do Planalto perdeu o controle da convenção do PDS e do Colégio Eleitoral, e a continuarem as regras atuais, terá de engolir o sapo de Paulo Maluf. Mais importante do que isto, o regime precisa de buscar alguma legitimidade para poder continuar aplicando a sua política de arrocho, de submissão ao FMI, etc. O governo tem se desgastado cada vez mais, e não pode se arriscar a continuar se isolando. Um presidente saído do arremedo de "colégio eleitoral" feito sob medida para dar a vitória

ao PDS não teria nenhuma autoridade. Finalmente, as eleições diretas são para o regime uma excelente oportunidade de negociar um grande acordo com as oposições burguesas que garanta a aplicação das suas medidas para fazer recair os custos da crise sobre os trabalhadores e o povo.

Governadores em Campanha

Diante deste quadro, os governadores eleitos pela oposição, reunidos em São Paulo sob a coordenação de Franco Montoro, divulgaram um manifesto pelas eleições diretas. Suas principais afirmações são de que "a nação tem o direito de ser ouvida"; que as eleições diretas para presidente são "o caminho para a superação da nossa crise econômica e social", a "forma de assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução do seu destino"; são a "grande opção patriótica para o governo federal que, acima de interesses de grupos e ambições pessoais, poderá assegurar ao país o instrumento democrático capaz de permitir que a própria Nação fixe os rumos de sua história".

Esta iniciativa dos "governadores democráticos" não se contrapõe às manobras do regime, mas se soma a elas. Os governadores também estão preocupados com a necessidade de "confiança dos cidadãos no governo" para que se possa superar a crise, e dizem explicitamente que as eleições diretas devem partir do governo federal. De modo algum se busca a mobilização das massas ou se defendem os seus interesses contra o governo da fome.

Este caráter de apoio ao governo federal da posição dos governadores aparece ainda mais claramente — e cinicamente — no manifesto do "Movimento Popular Leonel Brizola", que começa sua argumentação pelas diretas com a frase: "O Presidente quer. O Vice-Presidente também!"

Contra tudo isto se coloca o PT, através de iniciativas como a do comício do Pacaembu. Ao contrário da negociação com o regime, dos acordos com os responsáveis pela política de

arrocho e de entrega do país, Meneghelli e Lula defendem a mobilização popular, inclusive através da Greve Geral.

Ao contrário de buscar a legitimidade para um governo que possa administrar a crise, e da criação de ilusões sobre o que podem fazer as eleições diretas em um regime burguês, os petistas defendem uma política oposta: dizem que eleições diretas apenas não resolverão nada, que é fundamental um programa de defesa dos interesses dos trabalhadores, respaldado na organização popular.

Contra os acordos burgueses

O PT se afirma, desta maneira, como o grande defensor das eleições diretas através da mobilização do povo, na defesa dos seus interesses. Esta iniciativa marca um grande passo adiante para o PT como partido político, com propostas políticas para a conjuntura.

É necessário continuar neste caminho. Até agora, o PT é o único partido que se coloca nesta perspectiva, já que nenhum setor de outro partido assumiu a mobilização. No entanto, é fundamental continuar a lutar por manifestações unitárias, e em especial pela unidade com todos os setores que se reivindicam do movimento operário e popular, que podem ser pressionados a participarem de mobilizações, ou em caso contrário serem desmascarados diante da massa.

Finalmente, temos de considerar a necessidade de uma maior clareza na proposta política do PT. Na verdade, os discursos de Lula e Meneghelli no Pacaembu se encaminharam claramente para a defesa da Assembleia Constituinte Soberana e Democrática e para a defesa do Governo dos Trabalhadores, governo capaz de implementar uma política de acordo com os setores populares. Assim, a mobilização pelas eleições diretas ganha toda a sua força no interior da luta pela Constituinte; dentro desta mobilização, defenderemos nosso programa de defesa dos interesses das massas e nossa proposta de um governo dos trabalhadores.

A dívida externa brasileira, suas origens e seus significados, é analisada a partir de diferentes pontos de vista. É claro que neles baseiam-se diferentes propostas de como tratar a dívida, articulando-as com visões e propostas mais globais.

Aqui, uma interpretação que busca colocar por terra alguns dos mitos sobre a dívida externa. Uma discussão difícil, mas de enorme atualidade para o PT e para o movimento operário.

Por Maurício Lemos

1. Várias são as explicações sobre a natureza da dívida externa brasileira que oscilam desde o tipo "a dívida chegou com Pedro Álvares Cabral", até proposições exageradamente conjunturalistas, via de regra, fornecidas pelo governo.

Quando o milagre se "esfumou" em 1974, os ministros do então governo Geisel esforçaram-se por creditar o processo de endividamento ao famoso "choque do petróleo" do final de 1973, desculpa que foi utilizada até a exaustão por todos estes anos a fio, mesmo com os preços do petróleo estáveis ou em queda real a partir de 1975.

Em 1979 o "choque do petróleo" foi novamente reabilitado e devidamente recauchutado. Em 1980 pela alta dos juros e pela queda dos preços dos produtos exportados pelo Brasil, chegou-se a uma explicação mais convincente, mesmo partindo de "teóricos" do governo: o elevado endividamento encontra sua explicação principal na crise da economia internacional.

Bem antes disso, no período do "milagre" (1968-1973) o endividamento era explicado como uma necessidade de "poupança externa" a que deve se sujeitar toda economia atrasada em processo de industrialização (argumento dos economistas conservadores, ministros e empresários de um modo geral). Por outro lado, à esquerda argumentava-se que o endividamento nada mais era do que o resultado da crescente internacionalização da economia e de sua (consequente) subordinação ao capital monopolista.

Outros enfatizam o aspecto tipicamente financeiro do endividamento e que teria sua origem na extrema liquidez do mercado financeiro internacional no início dos anos setenta, fator básico para o processo de endividamento que se lhe seguiu até chegar aos dias atuais.

Na realidade, todas estas explicações baseiam-se em visões específicas das contas que compõem o balanço de pagamentos e visam, em última instância, sustentar determinadas posições políticas e ideológicas. Neste contexto, a breve análise que se segue não passa de mais uma visão com seu consequente desdobraimento político.

2. O primeiro problema na visão das contas externas brasileiras encontra-se na própria apresentação dos números sobre o endividamento. De um modo geral, apresenta-se a dívida externa com uma série onde aparece numa coluna a dívida externa bruta seguida por outra que apresenta o nível de reservas internacionais do Brasil, finalmente, pela dívida líquida exter-

na (isto é, dívida externa bruta menos reservas internacionais). Via de regra, os dados apresentados são "bons" (ver quadro I) até 1979; a partir de 1980, indicando o início da presente crise cambial, começa a surgir uma dívida de curtíssimo prazo que o governo até hoje "teima" em esconder.

O problema na leitura dos números da dívida externa é que eles são apresentados em dólares correntes, ou seja, sem ter em conta a própria inflação do dólar. Assim, se considerarmos a inflação, a série do quadro I pelo valor do dólar de 1980, obtemos uma noção mais exata da evolução do endividamento brasileiro (ver coluna dívida externa líquida real no quadro I).

A primeira observação (que não passa da primeira vista de outro "ângulo") consiste no fato de que o endividamento de 1973 não passa de um nível de endividamento "normal", compatível mesmo com os níveis históricos apresentados em décadas anteriores. Nesse sentido, podemos considerar que até 1973, o processo de endividamento pouco apresenta de específico,

Para entender a dívida



constituindo apenas uma reprodução dos níveis relativos de endividamento anteriores, perfeitamente de acordo com o novo tamanho adquirido pela economia brasileira.

A segunda observação e traduz-se no fato de que partir de um nível "normal" da dívida, assiste-se a um verdadeiro salto de patamar de 1974 em diante e

que mostra um processo de endividamento galopante (ver quadro I). Na realidade, esta mudança de patamar explica-se pelo fato de que 1974 constitui o primeiro marco convergente de uma crise da economia capitalista em escala internacional e de larga amplitude e profundidade. Em outras palavras, podemos afirmar que, partindo de um nível histórico normalmente atingido em "cheio" pela crise internacional, o que determinou uma mudança de patamar e de qualidade em seu processo de endividamento.

Ou seja, se a questão é determinar as "causas" da atual dívida externa, podemos dizer que elas se encontram, de um lado, no caráter inusitado da crise internacional (que tem por marco 1974) e, por outro, no caráter estrutural da própria dívida externa que se expressa em determinado nível histórico de endividamento. Isto significa que não tem sentido se pensar a natureza da atual dívida externa, tendo por base a especificidade do período do milagre (1968-73) seja ao se falar na natureza financeira do endividamento, seja ao se propor um aumento do nível de internacionalização da economia no período.

Na realidade, a base da economia brasileira sempre foi internacionalizada (pelo menos, desde o início deste século) não tendo muito sentido se falar em mudanças tendenciais no grau de internacionalização. A bem da verdade, estas acontecem geralmente em momentos de crise da economia internacional e nacional que trazem uma redução (pelo menos relativa) da participação do capital internacional (por exemplo, no período 1930/45 e agora).

Estes dois aspectos, isto é, a crise internacional e o caráter estrutural do endividamento externo representam dois pontos preliminares para a discussão da atual situação.

3. A análise das contas da balança de pagamentos evidencia, aparentemente, uma grande importância dos juros que teria, mesmo no período do milagre, uma grande contribuição para o processo de endividamento. Com efeito, no período 1969/73, paga-se um total de US\$ 1,58 bilhões de juros líquidos ao exterior, quantia que representou perto de 60% do déficit de serviços, até então o fator "histórico" do processo de expansão da dívida externa. Aparentemente, este seria um dos pressupostos para a transformação posterior do endividamento num processo eminentemente financeiro onde os juros adquirirem uma clara predominância como fica evidenciado a partir do período 1979/80 (ver quadro II).

Entretanto, deve-se observar que o pagamento dos juros traz embutido uma espécie de corre-

ção monetária devido à própria desvalorização do dólar. Por exemplo, em 1970, pagou-se cerca de 300 milhões de dólares de juros (líquidos) ao exterior mas como a inflação do dólar neste ano foi em torno de 6%, podemos considerar que destes US\$ 300 milhões, nada menos 300 milhões de dólares, nada menos do que 222 milhões de dólares, constituem de fato amortização da dívida e não um pagamento de um juro real. Portanto, teríamos em 1970 um pagamento de juro real de apenas 78 milhões de dólares.

Fazendo-se estimativa semelhante para todo o período estudado, montamos a quarta coluna do quadro II. No contexto desta nova leitura, o papel dos juros é muito reduzido em termos absolutos, e/ou relativos até 1978 (ver quadro II). Mais do que isso, somando-se a balança comercial, serviços e os juros líquidos reais, chegamos a uma magnitude que expressa os principais fatores de expansão da dívida, o que serviu de base para a montagem do quadro III. O que fica evidente, então, é a pequena expressão dos juros na composição dos fatores de expansão da dívida até 1978. No biênio 1979/80, porém, os juros reais já participam com perto de 20% daquele total, percentual que sobe para 63% em 1981/83.

Em outras palavras, não podemos considerar que a natureza da atual dívida externa tenha um componente financeiro relevante durante toda a década de setenta, o que inclui o período de milagre e todo o governo Geisel. Isto significa que apenas recentemente (desde 1980) é que se pode falar em processo de endividamento tipicamente financeiro, condicionado, por um lado, pela magnitude já acumulada da dívida e, por outro, pela alta das taxas de juros nos mercados internacionais que passam a ser francamente positivos (ver quadro III).

Afastada a explicação "financeira", resta considerar os outros fatores (a balança comercial e a de serviços) de expansão da dívida. A balança de serviços do quadro II contém os itens de transportes, seguros, royalties e assistência técnica e lucros e dividendos. Considerando que os itens "transporte" e "seguros" representam, em média, 40% do déficit total, temos que apenas no biênio 1981/82 a remessa de lucros mais royalties e assistência técnica supera decisivamente a entrada líquida de capital de risco (investimento líquido direto). Nos períodos 1969/73, 74/76 e 79/80 é bom ressaltar, a entrada de capital de risco não só cobre a remessa de lucro e assemelhados como também parte do pagamento de juros reais.

4. A conclusão que se impõe, portanto, é de que a natureza da dívida encontra-se no déficit de mercadorias e serviços produtivos, o que nos traz de volta a velha tese

Quadro I

Dívida externa do Brasil

(em bilhões de dólares)

Ano	Dívida Externa Bruta	Reservas Internacionais	Dívida Externa Líquida	Dívida Externa Líquida real
1960	3,1	0,3	2,8	7,6
1964	3,1	0,2	2,9	7,8
1968	3,8	0,3	3,5	8,7
1973	12,6	6,4	6,2	12,0
1976	26,0	6,6	19,4	29,3
1978	43,5	11,9	31,6	40,5
1980	53,9	6,9	47,0	47,0

Fonte: Relatórios e Boletins do Banco Central do Brasil

Quadro II

Principais fatores de expansão da dívida

(em bilhões de dólares)

Período	Balança Comercial	Balança de Serviços	Juros Líquidos	Juros líquidos Reais	Total
1969/73	0,03	2,71	1,6	0,41	3,15
1974/76	10,48	4,40	4,0	1,17	16,05
1977/78	0,92	3,88	4,8	0,76	5,56
1979/80	5,67	5,32	10,5	2,56	13,55
1981/82	2,00	5,10	20,6	6,00	9,10

Quadro III

Custo Médio da Dívida

Período	Libor (percentagem ao ano)	(1) Custo Médio em %	(2) Inflação nos EUA	(1)-(2)
1974	11,2	10,6	11,8	1,2
1975	7,6	12,6	8,0	4,6
1980	14,2	15,7	12,0	3,7
1981	16,6	17,6	10,3	7,3

Fonte: Morgan, Boletins do Banco Central

externa

do "hiato de recursos" ou de "poupança externa". Na verdade, não se trata aqui de definir que a economia brasileira "recebe" recursos líquidos dos países ricos, mesmo porque, por trás dos preços dos produtos importados e exportados está sempre o capital monopolista que impõe e arbitra preços, subfatura e superfatura etc. A questão que se coloca, na realidade, é a de que a natureza do processo de endividamento de economias como a brasileira não tem sua origem em fatores "financeiros", mesmo aqueles ligados aos esquemas produtivos da economia como é o caso da remessa de lucros e assemelhados. Pelo contrário, sua origem encontra-se no próprio movimento das mercadorias.

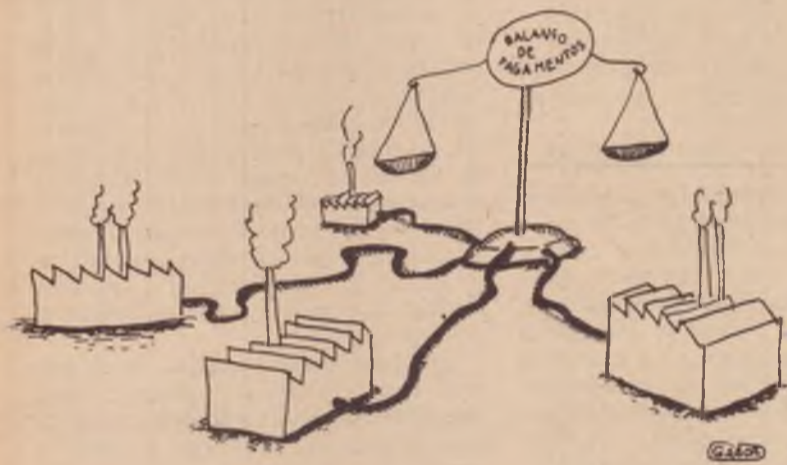
A razão deste déficit é complexa embora possa ser resumida em dois aspectos principais.

operar com taxas internas de lucro muito baixas o que determinaria uma "fuga" de capitais e a conseqüente regressão econômica.

5. As implicações da análise acima são inúmeras, embora possam ser sintetizadas em três pontos principais:

a) A economia brasileira sempre conviveu com um nível elevado de endividamento o que sugere que a ditadura militar apenas desenvolveu e aperfeiçoou uma velha política (a de endividamento).

b) A natureza do endividamento encontra-se na própria forma de acumulação de economias periféricas como a brasileira que só podem operar **capitalisticamente** com um **déficit** em sua conta de mercadorias e serviços produtivos o que confere ao problema um **caráter**



O primeiro prende-se ao caráter estritamente **periférico** de economias como a brasileira o que implica: a) que em nenhum momento este tipo de economia constitui um lugar privilegiado de acumulação; b) que este tipo de economia é **incapaz** de produzir e **reproduzir** ampliadamente recursos produtivos de ponta; e c) que tendo em vista **a e b**, o acesso a recursos produtivos em geral (tecnologia, máquinas, matérias primas e alimentos) só pode ser alcançado, em princípio, pela exportação de mercadorias produzidas a partir das vantagens comparativas fornecidas pela base de recursos naturais do país ou pela exploração de mão de obra barata naqueles (poucos) ramos ainda hoje intensivos em emprego de mão-de-obra.

O segundo aspecto prende-se ao fato de que tendo em vista o caráter periférico destas economias, o capital monopolista (no fundo, o único e verdadeiro agente da internacionalização do capital e da expansão do capitalismo em escala mundial) incentiva a formação de um déficit permanente, única forma de compatibilizar as possibilidades de expansão internas com as vantagens comparativas existentes no mercado mundial.

Pretender o contrário, isto é, pretender um processo de acumulação sem déficit significa

estrutural, complexo e permanente.

c) A crise internacional especialmente pela alta da taxa de juros nos anos recentes foi a gota d'água que acabou por transformar o processo de endividamento brasileiro em processo eminentemente financeiro.

d) A atual dinâmica financeira do processo de endividamento constitui um "véu" que esconde a verdadeira natureza da própria dívida.

Como resultado de todos estes pontos é lícito concluir que a maioria das propostas sobre a crise cambial e que, no fundo, desembocam em determinada proposição de moratória, pecam por não acompanharem de uma proposta mais ampla que incorpore e leve em consideração a verdadeira natureza do processo de endividamento.

Nesse sentido, tem de se levar em conta o fato de que só é possível operar capitalisticamente com endividamento (o que implica crescer, já que nenhuma economia capitalista se sustenta sem crescimento). Então, o capitalismo tornou-se definitivamente inviável no Brasil tendo em vista a própria crise cambial e o "fechamento" financeiro internacional.

A discussão das alternativas (ao capitalismo) é a verdadeira (e premente) questão que se impõe cada vez mais nos dias atuais.

Os trabalhadores não têm compromisso com a dívida externa

Os trabalhadores não têm nenhum compromisso com o pagamento da dívida. Ela foi feita e estimulada na administração de governos que se marcaram exatamente pela ditadura, pela completa extinção dos mínimos direitos políticos dos trabalhadores, que deram cobertura à exploração mais brutal da classe operária e dos assalariados em geral. Até do ponto de vista formal, jurídico, de acordo com as próprias leis vigentes durante a ditadura militar, a dívida externa é ilegal: os acordos com o FMI foram feitos à revelia do exame do Congresso Nacional, atropelando assim a Constituição Brasileira que atribui a este órgão o poder de ratificar ou rejeitar as convenções e atos internacionais celebrados pelo presidente.

Também por um outro motivo sólido, elementar, os trabalhadores não têm nenhum compromisso com o pagamento desta dívida. Ela não os favorece minimamente, não foi utilizada para atender as necessidades dos trabalhadores. Ela cresceu em um primeiro momento como fruto da internacionalização da economia, ligados aos esquemas de relacionamento das filiais com as matrizes das empresas multinacionais; em um segundo momento, continuaram a crescer como fruto da política deliberada das empresas estatais, empenhadas em caçar dólares no exterior para pagar a dívida e para financiar projetos grandiosos que nada têm a ver com as necessidades mais prementes dos trabalhadores; por fim, ganharam um ritmo próprio de auto-alimentação, empréstimos para pagar empréstimos e juros de empréstimos, situação que só trouxe benefícios aos bolsos de grandes banqueiros internacionais (e certamente de muitos tecnocratas corruptos).

O argumento do "bom cliente"

Os que defendem o pagamento da dívida tal como tratado nos acordos com o FMI apenas ou renegociando os prazos de pagamento e os juros partem do princípio de que qualquer governo brasileiro, mesmo reconhecendo que o endividamento resultou de políticas imprevidentes e incorretas, não pode negar o seu compromisso com os seus credores, os grandes bancos internacionais (principalmente) e os governos de países a quem devemos (secundariamente). Argumentam, além disso, que se o Brasil não assumir o pagamento do que deve provavelmente, o sistema financeiro internacional sofreria um grande colapso já que o Brasil é o maior devedor e seu exemplo estimularia uma atitude semelhante de outros países devedores.

Trata-se aí novamente de um ponto de vista de classe: os trabalhadores não têm nenhum interesse em salvaguardar a saúde do maior sistema de especulação e agiotagem que o capitalismo em toda a sua história já criou, o sistema financeiro assentado na enorme massa de dólares que, escapando do circuito da produção durante a década de 70, veio alimentar a oferta dos grandes bancos internacionais. Têm, pelo contrário, todo interesse em fazer ruir um sistema que, acumulando uma dívida global de 750 bilhões de dólares (soma estimada em meados deste ano), mantém sob o garrote um sem número de países da periferia.

É de se perguntar, em troca, qual o compromisso deste sistema com a vida de centenas de milhões de trabalhadores da periferia que pagam hoje, com o desemprego e o arrocho, para que os governos destes países "administrem" o pagamento da dívida (sempre com o aval do todo poderoso FMI)? Que compromisso têm esse sistema com a saúde das economias periféricas quando cobra juros e "spreads" exorbitantes, de perder de vista? Apenas, o Brasil pagou nos últimos três anos 30,4 bilhões de dólares de juros, cerca de um terço do total de sua dívida atual. Que compromisso tem o governo Reagan quando promove uma política econômica nos Estados Unidos que, para conter a inflação e alimentar os gastos com armamentos, promove a

alta dos juros? De 1974 a 1982, a taxa média de juros variou de 4 a 16% no mercado financeiro internacional (e hoje ainda se situa em torno a 11%)? E é bom lembrar ainda que os empréstimos feitos por estes bancos são feitos a juros flutuantes, sendo que são eles que decidem, ao final, a taxa de juros.

O argumento da catástrofe

Há ainda o ponto de vista da catástrofe. Argumentam que qualquer passo que não contar com o aval do FMI, ou mesmo que não se estabeleça uma renegociação com os grandes bancos internacionais, a economia do país caminhará rapidamente para o colapso. As importações de petróleo, de matérias-primas e máquinas indispensáveis para o processo produtivo seriam embargadas; os bens do país no exterior seriam confiscados como represália dos credores brasileiros; as exportações do país encontrariam fortes barreiras.

Embora esta realidade seja exagerada com fins de argumentação pelo governo, ela é real: a economia brasileira tal qual é estruturada hoje, sobre os pressupostos que funciona, entraria em um forte colapso a partir de uma ruptura com o sistema financeiro internacional. De novo, então, somos levados a colocar no centro o ponto de vista de classe: do ponto de vista dos trabalhadores, a economia brasileira tal como funciona hoje já é uma catástrofe (e continuará sendo por muito tempo, mesmo de acordo com as previsões oficiais). De acordo com a avaliação feita pelo cardeal D. Aloísio Lorscheider, o cardeal-arcebispo de Fortaleza, no ano que vem, caso permaneça a situação atual, três milhões de pessoas morrerão de fome no nordeste. E o país hoje, até nas estatísticas fornecidas pelo IBGE, caminha, com a força da recessão em curso, para ser um grande nordeste.

A moratória unilateral

Os trabalhadores não têm, portanto, nenhum compromisso com o pagamento da dívida externa. A questão é, então, de definir qual a palavra de ordem a ser adotada nesta questão.

Os setores combativos do movimento operário e popular têm colocado várias alternativas. O CONCLAT de São Bernardo definiu "não pagamento da dívida externa". A Convenção Nacional do PT de 1982 aprovou "suspensão do pagamento da dívida externa, com a realização de um inquérito para definir a origem da dívida e o que pagar". A última reunião do Diretório Nacional do PT aprovou "decretação unilateral de moratória". Em todos os casos está pressuposto, evidentemente, o rompimento com o FMI.

Na verdade, apesar das divergências de formulação, o conteúdo das diversas propostas é muito próximo. O fundamental é que defendamos que não estamos comprometidos com o pagamento desta dívida, que não aceitamos de nenhum modo as exigências dos credores internacionais. O país não deve pagar a dívida agora, deve suspender todos os pagamentos. Depois, seria uma questão tática, para um governo comprometido com os interesses dos trabalhadores, pagar ou não parte da dívida: a questão dependerá da política internacional a ser seguida.

Assim, a palavra de ordem que melhor expressa esta posição, e que tem uma incidência mais forte na atual conjuntura, é a da moratória unilateral, como definiu o Diretório Nacional do PT: ela significa simplesmente que agora defendemos a suspensão do pagamento da dívida, e que posteriormente deveria ser definido se pagamos alguma parte da dívida, **quando e como**.

Esta posição, portanto, difere profundamente das propostas de moratória negociada que têm sido encaminhadas por setores burgueses, que partem da busca de um acordo que resguarde os interesses dos credores.



“Dr. Aureliano Chaves de Mendonça: Eu lhe agradeço a generosa atenção. Saudações a V. Ex.^a e à sua família.”

A íntegra do discurso do deputado petista que saudou Aureliano Chaves

Em recente reunião da Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais, o deputado estadual João Batista dos Mares Guia lançou dúvidas sobre a veracidade da matéria publicada pelo **EM TEMPO**, n.º 180, onde reproduzimos reportagem do jornal **Estado de Minas** que cobriu fartamente o discurso de saudação do deputado petista ao vice-presidente, Aureliano Chaves, quando este foi homenageado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Em razão, disto, **EM TEMPO** publica agora a íntegra do discurso do deputado que não só confirma integralmente a nossa reportagem como até mesmo lança mais luz sobre a ideologia do parlamentar petista. É amplamente confirmada a saudação, os elogios, a admiração e o respeito pela idéia do consenso; a visão tímida e liberal das eleições diretas para a Presidência da República; a maneira condescendente como foi tratada a intervenção, decretada por Aureliano Chaves, nos sindicatos operários de todo o Brasil, quando da greve geral do dia 21 de julho.



“Não é por imperativo de gentileza que em nome do PT venho a esta tribuna para lhe fazer uma saudação. Venho porque me sinto perfeitamente à vontade para fazê-lo.”

A Executiva Estadual do PT mineiro não se posicionou sobre o assunto, ategando falta de discussão. É urgente portanto que o Diretório Nacional esclareça sua posição sobre as diretas, sobre a Assembléia Nacional Constituinte, sobre alianças políticas já que alguns segmentos do partido caminham hoje, decididamente, para a traição dos nossos ideais programáticos.

“Não é por um imperativo da gentileza, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, que em nome do PT venho a esta Tribuna para lhe fazer uma saudação. Venho porque me sinto perfeitamente à vontade para fazê-lo. Em primeiro lugar porque, ouvindo suas palavras na noite de 20 de julho, pela televisão, recordo-me de seu compromisso, quando disse que era imperativo ao Governante ouvir a todas as lideranças, lideranças políticas e lideranças empresariais, e pela primeira vez ao longo de duas décadas de arbitrio e autoritarismo, um governante fala à Nação e se refere também às lideranças sindicais, aos trabalhadores.

Isso mereceu de nossa parte o reconhecimento. Em Brasília, à frente de uma caravana de operários metalúrgicos de João Monlevade, que enfrentavam a insensibilidade de uma empresa de vasta tradição, em Minas Gerais, tive oportunidade de conhecê-lo pessoalmente. Durante a entrevista concedida, quando, naquele mesmo dia, já havia recebido as mais expressivas lideranças empresariais do País, V.Ex.^a teve a mesma deferência para com os operários que vieram, inclusive, vestidos de macacão e que se faziam acompanhar de uma delegação parlamen-

tar, interpartidária. Foram palavras proferidas por V.Ex.^a naquele momento: “Se é importante, na construção de uma Nação, o papel criador dos empresários, não menos importante é o papel do trabalhador, e especial atenção lhe deve ser dispensada”.

Ao final do nosso encontro, tive a liberdade de lhe endereçar um comentário no sentido de que apenas lamentava que em sua passagem interina pela Presidência da República, foram praticadas cinco intervenções em sindicatos de trabalhadores, mas que eu tinha a convicção de que, da parte de V.Ex.^a, a anistia ampla e irrestrita para os líderes sindicais haveria de encontrar respaldo.

Sabemos que o País atravessa hoje um mar de calamidades. Temos uma dívida de 100 bilhões de dólares, sem perspectiva, de longo prazo, de ser honrada; uma inflação que alcança o patamar de 180%; um custo de vida que se mantém incontrolável, e o tratamento dispensado pelo Governo Federal a esta situação de calamidade é um tratamento que não deixa esperanças à Nação.

O País atravessa um mar de calamidades que mais além da crise econômica ou em conjunção com a própria crise econômica nos revela, a cada dia, para desesperança nossa, o escândalo da Coroa Brastel e o escândalo das negociações entre a empresa Delfin S/A e o Banco Nacional de Habitação. O escândalo da Capemi, o escândalo SNI-Baumgarten, dentre outros que a Nação reclama sejam plenamente esclarecidos. Quando me refiro a estas últimas calamidades, em particular, também não posso deixar de registrar o vosso comportamento, já nos últimos dias de sua interinidade, quando, tomando ciência do escândalo das “polonetas”, determinou rigorosa investigação a respeito daquela anomalia. Sr. Vice-Presidente, sinto-me à vontade talvez para dizer que é possível ao País, um País maduro, fazer a travessia, escapar às calamidades. Somos uma Nação de 130 milhões de habitantes, uma classe operária de dez milhões de trabalhadores fabris, responsáveis, comprometidos com a ética dos direitos humanos e com a ética da liberdade. Temos uma classe operária madura, configurada como tal e que tem compromissos práticos e éticos com a via pacífica como forma de se transitar da calamidade à esperança.

O movimento sindical brasileiro nos dá exemplo nesse momento em que se organiza, a despeito da legislação arbitrária, a Central Única dos Trabalhadores, que tenho a certeza, da parte de V.Ex.^a encontrará compreensão.

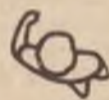
O Movimento Sindical Brasileiro, quando recorreu em 21 de julho passado a um ensaio de greve geral, não o fez pelo gosto pela greve. Ao contrário, o fez por um imperativo de sobrevivência, por um imperativo de dignidade de lutar por um emprego, por melhores salários, por melhores condições de vida, para que o Brasil atravessasse esse mar de calamidades rumo à esperança, à liberdade e à democracia.

Naquela ocasião, Sr. Vice-Presidente, o nosso Movimento Sindical defendeu em praça pública as eleições diretas pela

Presidência da República.

Temos hoje no Brasil uma igreja que abdica do espiritualismo alienante para assumir contemporaneamente a sociedade em que vive. A solidariedade ao povo oprimido, sem abdicar do verdadeiro espiritualismo, manifesta o verdadeiro cristianismo associado ao clamor do povo oprimido.

Temos classes médias sociologicamente bem configuradas, organizadas em sindicatos, em associações profissionais. Temos Movimento Cultural de que nos orgulhamos. Temos uma vasta tradição política de que Minas Gerais é exemplo e exemplaridade.



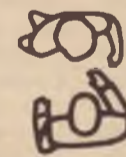
“Temos uma classe operária madura, configurada como tal e que tem compromissos práticos e éticos com a via pacífica como forma de transitar da calamidade à esperança.”

Por que então permanecer mais tempo nesse mar de tormentas? Que alternativas existem? Sr. Vice-Presidente, com a mesma lealdade que V.Ex.^a tem as suas próprias idéias, tanto que não permite que entre elas e sua pessoa se interponha qualquer fator externo, com a mesma lealdade que V.Ex.^a tem tido para revelar à Nação seu pensamento, sua personalidade política, vejo-me à vontade para tecer breves comentários, à guisa de conclusão, sobre o que nós pensamos possa ser o caminho da travessia. A idéia do consenso, sem dúvida, é generosa. Ela é fundante da teoria do contratualismo político, com Thomas Hobbes que, no século XVII, elaborou-a. Tratava-se de superar o feudalismo, as guerras internas e intestinas e de institucionalizar a convivência política. Imaginava-se, no pensamento de Hobbes, que a sociedade, em si mesma, era o reino da selvageria, do primitivismo e do permanente conflagrar de todos contra todos. A única possibilidade de se organizar a convivência em sociedade, seria através do pacto, através do consenso, onde os súditos abdicariam dos seus direitos naturais frente ao Soberano, que empalmaria a razão da sociedade em nome da razão de Estado. Esse em resumo é o pensamento clássico do universal Thomaz Hobbes. A teoria do contratualismo político evoluiu até o século XVIII, quando vem o advento da Revolução Democrática Americana e Francesa que colocou em perspectiva a idéia do pluralismo, dos Partidos, da confiança na institucionalização democrática, do confronto não como algo subversivo e deletério, mas como normalidade política na vida em sociedade. No país de hoje, tal como se configura a atual conjuntura, reconhecemos o talento que é próprio àqueles que têm formulado a idéia do consenso como alternativa mais viável e realista para esta travessia.

Parece-nos, entretanto, que o consenso, hoje, no Brasil de 1983, tende a ser o patrocínio de um pacto excludente de elites auto-selecionadas, que dariam à crise o tratamento que julgam ser o mais adequado, excluindo do processo partici-

pativo de condução democrática a imensa maioria da Nação, representada através de seus sindicatos, do conjunto dos Partidos, de toda a gama de entidades da sociedade civil que não abdicam dos seus direitos à participação política. Em virtude disso, acreditamos que a verdadeira travessia se fará através de um conceito mais universalista, através de um diálogo, através das eleições diretas para a Presidência da República, o mais breve o quanto possa ser isso possível, através da livre disputa entre todos os Partidos legalmente constituídos, que apresentarão seu diagnóstico da crise e as soluções que julgam ser as mais adequadas. Este nos parece ser o caminho adequado para a travessia. Entendemos que não há possibilidade de se debelar a crise, se não for através de um pacto político, através de eleições diretas, a partir das quais se constitua um governo politicamente hegemônico mas nascido de uma hegemonia emanada do voto direto e universal. As soluções elitárias terão possibilidade de assumir, sequer parcialmente, as proposições do movimento sindical brasileiro, tal como a reforma agrária? Como poderão as elites acolher as proposições do movimento operário sindical e popular, para se debelar o desemprego?

Um governo de transição, ainda que civil, terá possibilidades, durante o seu tempo de exercício, de debelar a crise, ou pelo menos minimizá-la, e obter a aquiescência política da sociedade para sua administração, ainda que surja comprometido com a restauração das eleições diretas? Não o fazendo teríamos à frente, estrategicamente, a possibilidade da homogeneização do poder militar e sua reintervenção no poder político. Entendo, portanto, que o verdadeiro consenso é aquele que ouve a toda nação, são as eleições diretas para a Presidência da República, como de resto as eleições diretas para os Governos dos Estados, como também eleições diretas para as Estâncias Hidrominerais, que cumpre à Minas Gerais adotar tão breve quanto possa ser possível.



“...reconhecemos o talento que é próprio àqueles que tem formulado a idéia do consenso como alternativa mais viável e realista para esta travessia.”

Por tudo isto, Sr. Vice-presidente da República, tomamos a liberdade de dizer estas palavras que lhe fazem uma saudação, por saber que V.Ex.^a dispensou a seus adversários políticos, na sua interinidade, tratamento leal e equânime. Apenas fazemos registro de uma seqüela que fica: as intervenções em 5 Sindicatos de Trabalhadores. Entendo as injunções do período, mas isto não justifica tal procedimento.

Eu lhe agradeço a generosa atenção. Agradeço a atenção de todos os Srs. que compõem a Mesa. Agradeço a atenção de todos que ouvem as nossas palavras.

Muito obrigado. Saudações a V.Ex.^a e à sua família.

O PT e a Questão do



Por Raul Pont

A proposta do bloco operário-popular, contida no documento "PT-83", suscitou uma série de questionamentos. A discussão é importante, assim como esclarecer possíveis dúvidas, contra-argumentar, enfim, enriquecer o debate. Nossa pretensão é exclusivamente esta neste artigo.

Um dos primeiros argumentos levantados foi "para que uma frente, se temos o PT que é a proposta mais avançada hoje?" A resposta é muito simples. O PT não abarca o conjunto da classe trabalhadora. Caso contrário, não seria necessário propor uma frente. A classe trabalhadora se apresenta atomizada. Seus setores mais politizados estão agrupados em torno de propostas diversas. Se quisermos enfren-

Se quisermos enfrentar a atual conjuntura de forma consequente urge desenvolver uma tática capaz de dar unidade à classe trabalhadora para lutar contra seu inimigo comum.



tar a atual crise de forma consequente, urge desenvolver uma tática capaz de dar unidade à classe trabalhadora para enfrentar seu inimigo comum — a burguesia e sua ditadura militar.

Os partidos, organizações e movimentos, que se reivindicam da luta dos trabalhadores e do socialismo, se encontram nos diversos rincões de oposição e nos mais variados rincões do Brasil. Com eles, estão significativas parcelas dos trabalhadores, que não mudarão de posição por um toque de mágica nem por belos discursos e programas. Seu aprendizado se dará na prática, em ritmos diversos.

Não podemos enfrentar a conjuntura atual, a crise, a recessão e todas as suas mazelas, com projeções futuras. Mesmo que o PT tenha o programa mais consequente, tenha potencial para cada vez mais alargar sua implantação na classe operária, hoje, ainda é um pequeno partido, com todas as suas fragilidades. As respostas exigidas pela conjuntura vão muito além das forças do PT.

Outro argumento, aparentemente mais consistente, é: "como vamos fazer uma frente com setores traidores da classe operária, que são contra a CUT, contra a Greve Geral, pela conciliação com a burguesia, etc?" Concordamos com os

companheiros que estes setores são tudo isto e algo mais. Todavia, nosso ponto de partida para a proposta do bloco é que tais correntes ainda se constituem em referência para parcelas significativas dos trabalhadores. Nos últimos vinte anos, a repressão, a inércia política, a paralisia dos movimentos sociais muito facilitaram para que estas correntes mantivessem a imagem de representantes dos trabalhadores. A tática da frente única não tem por objetivo ganhar estas direções para posições mais consequentes. Isto seria ingenuidade, pois, de fato, elas tem interesses diversos. A tática de frente única é, antes de tudo, ofensiva. Busca atingir as bases destas organizações, com propostas que, respondendo à conjuntura de forma consequente, obriguem aquelas direções a correrem a reboque do movimento, caso não queiram ficar desacreditados. Não nos importa que concordem ou não com as lutas a serem travadas. Importa é avançar a luta, com o apoio destas correntes ou com o descrédito de suas direções. Devemos ter presente que o conjunto maior dos trabalhadores desejam sempre a unidade da classe.

Alguns exemplos já ocorreram nesta linha. Quando da greve do dia 21/07/83 alguns partidos e organizações contrárias ao movimento ficaram em situação delicada. Quando o apelo da Greve Geral puxou as bases, muitas direções ficaram divididas, e parcelas destas aderiram ao movimento para não se desgastar. Quando do Conclat de fundação da CUT, situação idêntica ocorreu. O apelo de unidade do movimento dividiu organizações contrárias ao Conclat. Aqui, no estado mesmo, no último dia 15/10 vimos um fato semelhante. Alguns setores romperam com a Central Estadual dos Trabalhadores, organizaram o dia 30/09, eram contra a concentração do dia 15 e a Greve Geral. Quando viram ser impossível esfriar o dia 15 e vendo o movimento crescer, correram na última hora para aparecer como co-organizadores da concentração. No dia, lá estavam sentados na mesa.

Um terceiro argumento, um pouco mais sizado, é que "a proposta de bloco, é uma proposta de direita dentro do PT, pois ela rebaixa a plataforma do partido e o amarra aos partidos liberais burgueses". O equívoco deste argumento está no entendimento errado do que é uma frente. A proposta de frente única, que não tem nada de novo, é exatamente o contrário daquele entendimento.

A frente requer a unidade de ação em lutas concretas que traduzam as questões fundamentais da conjuntura. A plataforma que se impõe à frente restringe-se a estas questões da conjuntura, nela não entrando questões estratégicas sobre as quais podem existir divergências. O PT é um partido, e, como tal, tem seu programa e plataforma de ação. Ao

Pela Frente Única dos Trabalhadores

A pré-convenção do PT gaúcho aprovou como proposta política para o partido nesta conjuntura o impulsionamento de uma Frente Única dos Trabalhadores contra a ditadura e seu modelo econômico. Aqui, Raul Pont, um dos defensores da proposta, e Secretário Geral do PT gaúcho, expõe o significado desta luta e suas conseqüências.

participar do bloco, não precisa e nem deve abrir mão de uma vírgula de sua proposta. Mais que isto, para que o bloco alcance os objetivos almejados, se faz necessário que o partido mantenha total independência, para defender seu programa, assim como para exercer a crítica mais severa aos deslizes e vacilações de seus parceiros.

Finalmente, e que não chega a ser mais um argumento, é mais uma dúvida de alguns companheiros: "A proposta de bloco não é perigosa, pelo risco de

A tática da frente única não visa convencer as direções conciliadoras a tomarem-se mais consequentes, mas sim atingir as suas bases forçando-as desta forma a correrem a reboque do movimento caso não queiram ficar desacreditadas.



diluição do PT?" Entendemos que o maior risco para o PT é ser aplastado em meio ao atual imobilismo, não conseguindo atrair as novas vanguardas dos trabalhadores que despertam para a política, por não apresentar-se como a verdadeira direção das lutas dos trabalhadores. Para eliminar todos os riscos só nos retirando da atividade política. O risco de diluição existe; todavia, os riscos podem ser diminuídos com o aprofundamento de nossas definições políticas e das características do PT como um partido de intervenção. Mesmo que não tenhamos isto hoje, entendemos que o PT já deu sobejas mostras de sua combatividade, de seu classismo, da sua implantação no setor de ponta do operariado brasileiro, características estas que nos dão uma certa segurança para acreditar que o PT tem condições de polarizar a referida frente.

Para concluir, devemos nos voltar um pouco mais para a atual conjuntura nacional. Poderão afirmar que todas as questões acima levantadas servem para qualquer momento. Certamente, e isto em nada minimiza o valor da proposta. A unidade da classe trabalhadora é uma meta que deve ser permanentemente buscada. Todavia, esta proposta torna-se crucial no atual momento, pois sua viabilização romperia com o imobilismo das oposições.

Estamos hoje diante de uma crise econômica sem precedentes, paralelamente à decomposição galopante do regime

militar. Neste quadro, as oposições são capitaneadas por setores liberais — por demais conhecidos — cujo único objetivo é a conciliação e o pacto social. O maior partido de oposição — o PMDB — que canalizou milhões de votos de trabalhadores, e que tem em seu meio vários partidos e organizações pretensamente comprometidos com os trabalhadores, está hoje completamente dominado pelos setores de direita. Imobilizados com o partido, os chamados setores populares não conseguem dar um passo no sentido de enfrentar a crise. A situação do PDT, embora em escala menor, não é diversa. Comandado por um caudilho disposto a fazer qualquer acerto desde que o ajude a galgar o Planalto, não abre o menor espaço para os setores mais comprometidos com os trabalhadores.

Os resultados deste quadro não poderiam ser outros. O regime em decomposição utiliza todos os casuísmos para viabilizar suas políticas. As dificuldades econômicas são repassadas para o setor mais frágil, os trabalhadores. Enquanto a oposição permanece perplexa, com alguns discursos irados, o governo legisla através de decretos, baixa o estado de emergência, faz as mais absurdas negociações com o FMI etc... A proposta do bloco visa exatamente a romper com este quadro. Ou os setores comprometidos com as lutas dos trabalhadores e com o socialismo assumem a direção e tomam a ofensiva pelo fim do regime militar e do atual modelo

O PT não precisa nem deve abdicar de seu programa para impulsionar esta política de frente única dos trabalhadores.



econômico, ou permaneceremos no imobilismo, com os liberais fazendo oposição e a ditadura encontrando novas saídas para a crise.

O fim do regime militar, com a convocação de uma Assembléia Constituinte livre, democrática e soberana, assim como o fim deste modelo econômico gerador de miséria para os amplos setores da sociedade, não ocorre naturalmente. É necessário que a única classe realmente interessada nestes objetivos — os trabalhadores — rompendo com seu imobilismo e atomização, assumam a direção de suas próprias lutas em uma FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES.

Em 1981/1982, o crescimento econômico que, seguindo a um modelo de acelerado endividamento externo e de crescente concentração do capital, a ditadura do general Augusto Pinochet havia promovido, encontra o seu termo final. A crise econômica explode, então, em toda a sua magnitude. A repentina desvalorização do peso duplica, da noite para o dia, a dívida de todos aqueles que haviam contraído empréstimos em dólar. Em consequência da quebra de incontáveis pequenas e médias empresas (as estatísticas oficiais registram 2.2 falências diárias de unidades produtivas), bem como da quase completa suspensão de investimentos nos setores produtivos e do consequente retraimento da produção, o desemprego, em um Chile de 11,5 milhões de habitantes e com uma dívida externa na casa dos 20 bilhões de dólares (em números relativos, a maior do mundo) atinge a mais de 1/3 da mão de obra.

Em consequência dessa crítica situação, setores significativos da burguesia que respaldaram o golpe militar do 11 de setembro contra o governo da Unidade Popular, começam a emigrar para um campo oposicionista ao modelo econômico implementado pelo governo e, assim, a romper a relativa harmonia que, durante muitos anos, caracterizou o seu relacionamento com a ditadura. A pequena-burguesia inicia a travessia que leva do profundo descontentamento ao enfurecimento inorgânico. Os trabalhadores, notadamente os mineiros do cobre (que, a partir de 1981, conseguem retomar relações com o restante do disperso movimento sindical chileno), começam a trilhar o caminho da regionalização sindical.

Esses deslocamentos de classes, diferenciados em grau e em espécie, estão na base das jornadas de protesto que, tendo sua preparação geral nas manifestações de dezembro/82 e março, 83, vêm desde o último 11 de maio, desafiando, mês a mês, a ditadura.

A oposição ao regime

Na oposição ao regime hoje, estão:

O movimento sindical, sobretudo a Confederação dos Trabalhadores do Cobre, que vem combinando de maneira crescente as reivindicações puramente econômicas com as reivindicações democráticas.

— O movimento popular, notadamente a Coordenadora Metropolitana de Pobladores (que congrega em torno de 100 associações de pobladores).

— O movimento estudantil, universitário e secundário.

— As médias e pequenas empresas, violentamente afetadas pela crise. É de se notar a presença nesse setor dos caminhoneiros, que desempenharam papel de relevo na derrocada do governo de Salvador Allende Gossens.

Os partidos burgueses de oposição, do centro e da direita, como a Democracia-Cristã, impulsionados à ação pela intransigência do ditador e pela inquietação de suas bases.

— As organizações patronais corporativas, como a Confederação da Produção e do Comércio e a Sociedade de Fomento Fabril. Sublinhemos que a burguesia organizada nessas associações, já aos 14 de junho, definia-se como mera "oposição econômica ao governo, ao mesmo tempo em que inclinava-se a aceitar os acordos com o FMI como um mal inevitável.

A ausência de direção estruturada dessas forças e a ainda débil estruturação do movimento sindical (as lideranças sindicais têm sido parte ativa da convocação e preparação das jornadas de protesto, mas seus elos com o processo real de reorganização sindical e popular permanecem ainda muito tênues) têm limitado a sua eficácia operacional.

Quebrando o gelo

A despeito de seu nome, Protesto Nacional Pacífico, a jornada de 11 de maio fez luz sobre o ameaçador rosto da luta de classes, essa mesma luta de classes que o militarismo, com o esmagamento do movimento operário, pensou tivesse sido enterrada para sempre no longínquo ano de 1973.

Resultado da suspensão, à última hora, da greve que os mineiros do cobre realizaram no mesmo dia 11 de maio, a primeira jornada nacional de protesto, se não chegou a nos oferecer o espetáculo de uma autêntica unidade na ação de setores sociais contrapostos, ofereceu-nos, contudo, a visão de massivas manifestações combinadas no tempo. Com métodos e objetivos diferentes, essas manifestações desenvolveram-se, res-



CHILE Está chegando ao fim a longa noite da tirania

pectivamente, nos bairros populares, e nos bairros mais acomodados e nos elegantes.

Nos bairros populares, o descontentamento e o desespero mobiliza os "pobladores", que contam com a liderança de centenas, milhares de trabalhadores industriais ou mineiros, que conservam vivo um sentimento classista, politicamente anticapitalista. Em suas ações, esses "pobladores" e trabalhadores ultrapassam de muito os limites fixados para o protesto pela CTC (Confederação dos Trabalhadores do Cobre), quando de sua convocação.

Nos demais bairros, as manifestações burguesas confundem-se, por um momento, com o radical descontentamento pequeno-burguês e ultrapassa na prática, suas reais intenções.

Nos dias que antecederam a primeira jornada, a ditadura se havia mostrado relativamente displicente, dando, dessa forma, ocasião a que a diferenciada oposição tomasse a perspectiva de abertura como algo viável e, por aí, avançasse o sinal. Mas realizado o protesto, verificado o seu caráter massivo, o governo do general Pinochet não demorou em tirar suas conclusões.

Nos dias 13 e 14, a repressão estatal abate-se sobre os bairros operários. Esses bairros são cercados por forças militares e policiais, são vasculhadas as suas moradias e, neles, centenas de pessoas são detidas. Enquanto isso, processos judiciais são instaurados contra dirigentes sindicais e líderes populares.

O critério discriminatório, seletivo, pelo qual se guiou — e se guia a ditadura — ficou, desde logo, patente, pois que a aplicação de medidas repressivas, como as acima citadas, não foi extensiva aos bairros burgueses e pequeno-burgueses.

De outra parte, o discurso pronunciado pelo "generalíssimo" na noite do 13 de maio fez com que burguesia despertasse de seu sonho de uma noite de verão: as medidas anunciadas, para contrarrestar os perigos de futuros protestos, não deixaram dúvidas sobre o fato de a ditadura ainda guardar fôlego. Se na primeira jornada não chegou a haver uma autêntica unidade na ação, nas demais a defasagem, qualitativa, entre as manifestações, partindo de setores diversos, será gritante.

As manifestações de protesto, desde a primeira, terão por efeito reaproximar, não, é evidente, de modo tão harmonioso como no

passado, mas assim mesmo reaproximar, a burguesia e a ditadura.

Uma repressão dirigida

João Goulart, La Victoria, La Cisterna, La Légua, Lo Hermida, San Gregorio, Serrano, La Florida, Villa Los Presidentes, Jaime Eyzaguirre, Santa Julia são, entre outros, nomes de "poblaciones". Nesses bairros populares é que os protestos, com seus "miguelitos" (pequenos cravos metálicos lançados ao calçamento para furar os pneus das viaturas e carros blindados policiais), com suas barricadas, com seus enfrentamentos diretos com os "carabineros" (polícia militar chilena), adquirirão o caráter de uma luta decidida pela derrubada do regime. É nesses bairros populares que, a cada jornada de protesto, a criatividade e a combatividade das massas colocarão em evidência, por um lado, a incapacidade da ditadura para controlar a situação e passarão a exigir, por outro, métodos mais ousados de luta, métodos que, correspondendo à organização e mobilização permanente das bases, rompam com a descontinuidade caracterizadora do atual processo e possibilitem a derrubada de fato da ditadura.

É sobre esses bairros populares, já o vimos, que a repressão institucional desabarará com

As jornadas de protesto do povo chileno, da mesma forma que Pinochet se tornou a figura símbolo dos ditadores, ficarão na história como uma das páginas mais heróicas da luta dos trabalhadores.

No último dia 17, Luiz Baez Borja, operário desempregado, ateou fogo às vestes, imolando-se em protesto contra a ditadura Pinochet. No dia 18 de novembro, cerca de um milhão de pessoas reuniram-se em Santiago na maior manifestação desde a queda de Allende.

A seguir, uma análise do panorama político chileno. Uma realidade que, conjugada à crise de outras ditaduras do cone sul, têm enormes implicações sobre a luta dos trabalhadores brasileiros.

Por Osmar Portugal Filho

A derrubada da tirania

redobrada força. Sobretudo aí é que ocorrem as dezenas de mortes (78 até o presente momento) de homens, mulheres e crianças, muitas vezes alvejadas no interior de suas pobres casas de madeira ou a partir de automóveis em trânsito, ocupados por policiais à paisana, por integrantes de grupos paramilitares direitistas que voltam a mostrar sua face no Chile, país de muitos abalos sísmicos, de muitos terremotos e de muitas lutas férreas.

O imperialismo e a burguesia

Com o avanço da revolução na América Central e com a crise das ditaduras no Cone Sul, o imperialismo norte-americano vê-se em uma situação delicada, que lhe estreita as margens da manobra.

No caso particular do Chile, o governo Reagan tem evitado apoiar declaradamente a ditadura Pinochet. Limita-se hoje a dar um apoio discreto à oposição burguesa, buscando ganhar tempo e fomentar um possível acordo entre os militares e a burguesia.

A burguesia chilena vendo a ditadura, aparentemente, entregue à sua própria sorte, animou-se, em primeiro momento, assumir cores de oposição e a tentar procurar uma saída própria, uma saída que permitisse a sobrevivência do sistema. Confrontada, porém, com a crescente radicalização das massas, essa burguesia recuou. Houve, assim, um deslocamento entre a burguesia e a Democracia-Cristã que escolheu acompanhar as massas, com o objetivo de controlá-las e sujeitá-las e, por este caminho, tentar trunfos para negociar com a ditadura.

Divergências nas Forças Armadas

No seio das Forças Armadas também se apresentam divergências relativamente a qual seja a melhor via para sair-se da presente crise. Há os "falcões", com Pinochet à frente, que querem descarregar uma repressão total e implantar (coisa difícil de se imaginar!) uma "ditadura ainda mais dura", na expressão dos líderes da Democracia Cristã; e há os "pombas", que almejam implementar algumas reformas periféricas (como, p.ex., colocar em vigor, em breve prazo, um estatuto que regulamente o funcionamento dos partidos políticos não marxistas e convocar a "eleição" de um congresso... servil).

Essas divergências, é bom que o sublinhemos, de modo algum se traduzem em uma divisão orgânica das Forças Armadas.

Os "pombas", o setor mais numeroso, mas que, em fim de contas, não é tão brando quanto a designação possa sugerir, não querem nenhuma abertura real. Apenas, eles sabem, conforme ensina a velha fábula, que, em muitas ocasiões, é necessário ser não apenas o leão que vence o lobo, mas também a raposa que evita as armadilhas. Se entre eles há os que simpatizam com os democratas-cristãos ou com os nacionais; como um todo, eles são antes de mais nada militares que respondem ao corpo armado e, dado o seu medular comprometimento (afinal é a sua ditadura que está caindo!), eles estão interessados em buscar uma saída o mais honrosa possível para as Forças Armadas, de modo a permitir que parcelas substanciais de poder continuem em suas mãos.

A nomeação de Sérgio Onofre Jarpa Reyes para o ministério do interior, em agosto último, foi, ao que tudo indica, fruto de uma solução de compromisso entre os dois setores acima citados. Afinal, Jarpa, ex(?)-simpatizante do nazismo, é figura que representa e dá confiança aos "falcões", ao mesmo tempo em que leva adiante uma política que visa a cooptar determinados setores da oposição, isto é, procura envolver, desde logo, a oposição burguesa nas malhas de um diálogo de antemão condicionado.

Aqui, um quadro das principais forças partidárias chilenas.

Aliança Democrática

É uma frente de partidos de oposição burguesa (Democracia Cristã, Direita Republicana), social-democracia (Partido Radical, Grupo pela Convergência Socialista) e esquerda reformista (Partido Socialista, Mapu, Mapu Operário e Campônês e Esquerda Cristã). Esta frente, da qual foi excluído o Partido Comunista por ser considerado expressão marxista que inquieta a ditadura, surge contraditoriamente como produto da pressão da mobilização popular e pela necessidade da oposição burguesa e partidos reformistas de conter e limitar essa mesma mobilização. O seu principal sustentáculo é a Democracia-Cristã.

Basicamente o conteúdo de seu programa se propõe pressionar a ditadura com o objetivo preciso de chegar a uma democratização parcial, dentro dos marcos da dominação burguesa. As intenções democratizantes da Aliança Democrática se enfrentam com obstáculos insolúveis, o que determina uma política de enfrentamento parcial e limitado com a ditadura.

A Democracia-Cristã tem, no mesmo tempo, que ganhar de novo a confiança de uma burguesia que vê no regime atual a única garantia de salvaguardar a sua dominação e, além disso, deve conter uma mobilização que se radicaliza.

Partido Socialista

É hoje integrante da Aliança Democrática e do Bloco Socialista. Vive um processo de direitaização, de revisão da concepção "marxista leninista" que consta em seu programa original. Expressam-se com força os setores que, identificamos com a social-democracia, pretendem uma volta à "democracia", proposta que ao carecer de uma definição política significa legitimar a transição para um regime autoritário, tutelado pelas Forças Armadas. Enfim, um regime que tem como requisito fundamental o aplastamento do movimento operário e de suas expressões políticas revolucionárias. Este partido conta com pouca base social e uma influência menor ainda entre os trabalhadores.

Partido Comunista e Movimento Democrático Popular

O Partido Comunista vem desenvolvendo uma política dentro da oposição que

se caracteriza por um jogo duplo: de um lado, desestimula no momento atual a defesa de uma política independente dos trabalhadores; por outro, assume uma postura demagógica frente à radicalização das massas contra a ditadura, esgrimindo a consigna de "rebelião popular ou de massas" que "inclusive não descartaria a via armada para a derrubada da ditadura militar". Na verdade, procura ganhar representatividade frente ao movimento de massas para negociar com a oposição burguesa.

Por iniciativa do PC se criou o Movimento Democrático e Popular, ao qual se integra o MIR e uma fração do Partido Socialista.

Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR)

O MIR após um giro em direção a posições francamente colaboracionistas e reformistas, caracterizado pelo seu acercamento do PC e pelos entendimentos com altos dirigentes da Democracia-Cristã, se agarra hoje à alternativa de retorno à democracia burguesa, constituindo-se uma ala esquerdizante deste processo. Abandona com esta posição a possibilidade de somar forças para uma alternativa classista e revolucionária.

Tendências classistas e marxistas revolucionárias

O movimento operário chileno tem em seu meio, ainda que muito desestruturadamente, uma vanguarda social que já expressou a sua existência em uma infinidade de movimentos: tomadas de terrenos, greves parciais, enfrentamentos com a polícia etc. O atual nível de consciência desta vanguarda se expressa em uma atitude classista que se opõe à colaboração e à tutela dos partidos burgueses. Conta a seu favor a inexistência de uma base material e social que permita ao reformismo estabilizar sua influência política sobre as extensas camadas de trabalhadores e setores populares.

Operam no cenário chileno, várias tendências que se reivindicam revolucionárias e procuram superar a sua débil ligação com as massas e sua vanguarda emergente. Exemplos de avanços na superação destas debilidades estão na realização de uma Conferência Intersindical Metropolitana em Santiago, em organização de desempregados e ocupações de terrenos.

A maré montante dos protestos

Aqui, um resumo da progressão das manifestações de massa no Chile desde a Primeira Jornada de Protesto em maio.

11/maio — 1º JNP — Convocada pela Confederação dos Trabalhadores do Cobre. As diferentes formas de protesto ("bocinazo", "cacerolazo", abertura tardia de casas comerciais, chegada em grupos e com atraso aos locais de trabalho, ausentismo nas escolas, manifestações estudantis, enfrentamentos diretos com forças policiais e militares nas "poblaciones") registradas nessa primeira jornada voltaram a repetir-se nas demais. A repressão se abate sobre as "poblaciones", onde os protestos são mais contundentes. São processados dirigentes operários.

2 mortos; dezenas de feridos; milhares de detidos.

14/junho — 2º JNP — Convocada pelo CNT (Comando Nacional dos Trabalhadores). Inúmeras entidades aderem aos protestos, pela primeira vez. Entre elas, conta-se o poderoso Sindicato dos Proprietários de Caminhões, Ônibus e Táxis. Personalidades da direita, como o brigadeiro Bernardo Leigh, ex-membro da Junta Militar, apoiam as manifestações.

Em Madrid, o PS e o PC espanhóis realizam manifestações de solidariedade e ao povo chileno. Discursando de Copiapo, norte do Chile, o general Pinochet afirma que o "governo endurecerá sua posição".

Em sua ação repressora, "carabineros", e militares chegam a utilizar carros blindados.

15/junho — Rodolfo Seguel Molina, presidente da CTC e do CNT, é preso. Mineiros são demitidos por terem aderido aos protestos.

16/junho — Antecipando-se em 24 horas ao "paro", convocado pela CTC, 4000 mineiros da mina de El Salvador entram em greve.

19/junho — Ocupação militar das minas (El

Salvador, El Teniente, Andina e Chuquicamata). Milhares de mineiros são demitidos.

20/junho — Mineiros voltam ao trabalho e tentam negociar a readmissão dos companheiros dispensados.

21/junho — CNT faz chamado à greve geral por tempo indeterminado. Dada a forte repressão e a má preparação, esta greve malogrará. Prisão de Adolfo Quinteros, presidente do Conselho Superior dos Transportes.

A Corporação do Cobre (companhia estatal encarregada da administração das jazidas) inicia operação limpeza nas minas. Mais dispensas por motivos políticos.

9/julho — Gabriel Valdés, dirigente democrata-cristão, é preso. Protestos contra esta prisão eclodem em todas as partes do mundo.

12/junho — 3º JNP — Convocada pelo CNT e pelo Proden (Projeto de Desenvolvimento Nacional). O *Washington Post* pede a Reagan que se manifeste mais claramente sobre a situação chilena.

2 mortos; centenas de detidos.

10/agosto — Assume o Gabinete liderado por Sergio Onofre Jarpa Reyes.

11/agosto — 4º JNP — Convocada pelo CNT, Proden e Aliança Democrática. Proden pede ao governo que não reprimas as manifestações. A ditadura coloca 18 mil homens armados na rua, em Santiago, prontos para agir duramente "diante de qualquer violação da ordem". Pela primeira vez, se pede a saída de Pinochet.

31 mortos; dezenas de feridos, centenas de detidos.

Formação do MDP (Movimento Democrático Popular).

24/agosto — Governo autoriza Proden a realizar ato no Parque O'Higgins. DC retira-se do Proden. Ato malogra.

8/setembro — 5º JNP — Convocada pelo CNT, Proden, AD e MDP. Manifestação no centro de Santiago é violentamente reprimida. Centenas de pessoas são detidas, entre elas Patricio Alwyn, ex-presidente do Senado, e Genaro Arriagada, dirigente democrata-cristão.

11/setembro — O regime militar completa seus 10 anos de existência. Forças policiais coagem desempregados beneficiados pelos plano de emergência, a comemorarem a data, provocando, assim, sérios confrontos.

12 mortos, dezenas de feridos.

13/outubro — 6º JNP — Convocada pelo CNT, Proden e MDP. AD não apóia o protesto, autorizado pelo governo. Jarpa adverte os partidos congregados no Proden e na AD para que "se afastem da esquerda, que está assumindo a liderança das jornadas de protesto contra o governo.

2 mortos, dezenas de feridos, centenas de detidos.

27/outubro — 7º JNP — Convocada pelo CNT, Proden, AD e MDP. Governo aprova, em tempo recorde, lei permitindo prender, confinar em lugares distantes ou exilar a todos aqueles que convocarem protestos ou incitarem à agitação. Rompe-se, transitoriamente, o diálogo entre a ditadura e as oposições burguesas.

18/novembro — Ato convocado pela AD e pelo MDP. Cerca de 1 milhão de pessoas vão ao Parque O'Higgins para protestar. Confrontos com forças policiais: 1 morto, dezenas de feridos.

Nicaragua Cavando as trincheiras da defesa

Um mês depois da invasão de Granada pelos marines americanos, os nicaraguenses vivem sob um clima de forte tensão, intensificando seus preparativos para a defesa. E não sem razão.

"Granada foi um aviso para a Nicarágua". Esta é a avaliação de numerosos analistas e mesmo de fontes oficiais de governo, tanto nos EUA como no resto do mundo.

"Tudo o que Reagan precisa para invadir a Nicarágua é apenas de um pretexto" afirmou na ONU, Humberto Ortega, Ministro da Defesa da Nicarágua. "Assim como para invadir Granada bastou argumentar que as ilhas vizinhas o exigiram, mesmo pode ser tramado a partir de pedido semelhante feito pelos países que compõe o CONDECA (Guatemala, Honduras, El Salvador) prossegue ele. "Para isto, basta explodir alguma bomba em Honduras ou na Costa Rica e atribuir o atentado aos sandinistas", concluiu.

Na verdade, a invasão da Nicarágua já começou. (Ver ET nº 179). Não existe a menor dúvida sobre a participação dos EUA nos ataques que vem sendo feitos a partir das fronteiras de Honduras pelos ex-guardas somozistas organizados na FDN (Força Democrática Nicaraguense) e chefiados pelo Coronel Edgar Chamorro. Calcula-se que apenas este ano, mais de mil nicaraguenses foram mortos em missão de defesa.

De acordo com a revista *Newsweek*, insuspeita do ponto de vista dos interesses que defende, além de toda a facilidade que os somozistas tem em armamentos, comida e liberdade de ação no território hondurenho, lá existem ainda aproximadamente 4 mil soldados americanos em exercícios militares sem precedentes na história do país.

A mesma revista reproduziu ainda as opiniões do Coronel Chamorro sobre o futuro da Nicarágua: "Existem duas alternativas de solução militar. A primeira, que está sendo levada à prática é a de uma longa guerra de guerrilhas que pode conduzir o país a um

colapso econômico e consequentemente a uma insurreição de massas contra os dirigentes sandinistas. A segunda, mais rápida e mais humana (sic), é a invasão de Nicarágua pelos países do Condeca, com a cobertura dos EUA".

É evidente que o dirigente da FDN não está expressando apenas um ponto de vista particular. Tanto Reagan como seus aliados também gostariam de lançar mão de soluções mais rápidas. É neste sentido que o presidente americano e seus assessores vêm tentando explorar, perante a opinião pública americana, o "sucesso" de Granada, como uma grande vitória da democracia.

A preparação para a defesa

Do seu lado, os sandinistas se preparam para a defesa com grande realismo. Internamente, os CDSs (Conselhos de Defesa Sandinistas) organizados quadra por quadra por todo o país, assumem a defesa civil para enfrentar a nova etapa da guerra. Cada morador vem recebendo instruções sobre primeiros socorros, a construção de refúgios anti-aéreos, a proteção de crianças e velhos. "Ninguém deve se equivocar", dizem cartazes pregados por todas as cidades, Reagan está empenhado em deter a revolução sandinista. Se você vai ficar na Nicarágua é melhor aprender o que deve fazer quando as bombas terroristas não distinguem entre sandinistas e não-sandinistas. Procure seu CDS."

Simultaneamente, desde setembro está sendo feita uma campanha entre a população jovem para integrar o Serviço Militar Patriótico, a partir da nova lei de serviço militar aprovada no dia 13 daquele mês pelo Conselho de Estado. Ela estipula que todo os cidadãos do sexo masculino entre as idades de 17 a 22 anos devem se inscrever e calcula que isto proporcionará uma reserva de 200 mil jovens dos quais 15 mil serão selecionados para prestar 2 anos de serviço no Exército Popular Sandinista. Nos primeiros dez dias de outubro 66 mil



Resenha
Internacional

jovens se inscrevem o que correspondem a 33% do total de inscrições projetadas para o mês. Essa campanha vem sendo dificultada pela hierarquia religiosa que cataliza hoje o que restou da oposição burguesa ao regime sandinista.

No plano externo, os sandinistas enviaram emissários internacionais para vários países no sentido de conseguir apoio de emergência para as propostas de negociação com os países vizinhos e com os EUA. O mais importante desses apoios é do grupo de Contadora, que integra a Venezuela, a Colômbia, o México e o Panamá, e se propõe como intermediário no conflito.

No entanto, o governo sandinista e as massas nicaraguenses já sabem que não podem contar com a paz que o governo dos EUA não deseja. É nesse sentido que Tomás Borge, ministro do interior da Nicarágua se dirige de modo especial para a opinião pública norte-americana: "O povo americano deve compreender que a Nicarágua não constitui nenhuma ameaça à segurança dos EUA. Bem ao contrário, os EUA é que constituem ameaça à segurança do povo nicaraguense. Do ponto de vista militar não se compara as nossas forças com a superioridade das forças americanas. No entanto, é importante que se compreende que temos aqui centenas de milhares de homens armados por todo o país e compreendemos bem a filosofia da guerra popular prolongada. Uma ocupação militar americana encontraria resistência até o último homem. Seria uma carnificina. É importante que o povo americano avalie bem o preço que terá de pagar para invadir a Nicarágua. De qualquer modo ele será bastante alto, porque não estamos dispostos a fazer concessões em relação a nossos princípios mesmo com bombas caindo do céu."

Europa

Quartel atômico dos EUA

Nem bem o Parlamento alemão aprovou a instalação de mísseis em seu território, Yuri Andrépov encerrou as negociações sobre a desarmamento nuclear em Genebra e anunciou a instalação de novos equipamentos nucleares em países da Europa Oriental. Assim, deu-se o esperado: a cada nova investida imperialista, os russos respondem com mais armas. Desde que Kennedy, na década de 60, iniciou a corrida armamentista, sempre foi assim. Reagan insiste em dizer que os mísseis são de defesa. Na verdade, são de ataque e estão voltados para pontos estratégicos da URSS.

Com os mísseis Pershing e Cruise, a Europa vai virando um quartel nuclear norte-americano. Impressiona saber que nem o controle sobre o acionamento dos mísseis, os governos europeus terão: não foi adiante a sugestão de que os mísseis



O C-141 dos EUA trazendo os primeiros 572 foguetes.

tivessem uma dupla chave de controle, uma em mãos do comando da OTAN e outra sob a guarda dos europeus.

Há, sem dúvida, um fosso cada vez maior entre o sentimento da população e a atitude dos governos ligados à OTAN: As mobilizações pacifistas, as maiores manifestações de massa na Europa desde a

segunda guerra mundial, entram em um impasse: o que fazer agora? Resta o caminho da radicalização: Margaret Thatcher já afirmou que se for preciso manda atirar sobre os manifestantes, e, em Greehan Common, local onde serão instalados os mísseis ingleses, os manifestantes juram que só saem de lá em carros fúnebres.

Líbano

A santa aliança contra a OLP

Fruto do neocolonialismo francês, príncípio, e norte-americano, em seguida, o Líbano tem sido, sobretudo a partir de 1975, quando grupos político-religiosos direitistas desencadeiam a guerra contra palestinos (guerrilheiros e não guerrilheiros) e setores muçulmanos da população libanesa, um foco permanente de tensões e conflitos.

As forças multinacionais de paz (integradas por EUA, França, Inglaterra e Itália), explicitando que ali estão para impor o governo do clã dos Gemayel, nada mais fazem que tocar lenha, toras monumentais, nessa inextinguível fogueira.

Alvo de incorreto mas justificado ataque, em fins do mês passado e início deste, essas forças, assim como o exército de ocupação israelense, vão agora (semana passada) à retaliação. A milícia xiita libanesa (pró-Irã) Amal Islâmica (dissidência da Amal dirigida por Nabi Berri) e um punhado de iranianos têm suas posições no vale de Bekaa, leste do Líbano, bombardeadas, respectivamente, pelas aviações israelenses e francesa.

Se o ataque israelense era tido como fato líquido e certo, o francês em nada surpreendeu.

É no Oriente Médio, mais que em qualquer outro lugar, que a máscara democrática de François Mitterrand, que ainda ontem congratulou Helmut Kohl pelo fato de o Bundestag (parlamento alemão) ter aprovado a instalação de mísseis ianques em territórios alemão, se converte em uma insustentável mentira. Pressionado pelos EUA e pelos sujísimo jogo da direita francesa, o homem da rosa vermelha foi para o pau no Líbano.

Certeza: as tropas de "pax" serão alvo de outros ataques kamikazes.

Assim as coisas, Israel espera, ativamente (estruturando, à semelhança do que realizou em Gaza e na margem oeste do Jordão, uma administração colonial no sul do Líbano), que Hafez Assad estrangle o bastante (mas, se possível,



Tripoli em chamas

não totalmente) os "legalistas" da OLP, para, depois então, poder dar sequência a seus planos de repartição do território libanês.

Os combates interpalestinos, iniciados a 9 de maio, se estendem, com um passivo (mortos e feridos) de milhares de pessoas, até a presente data. E, ao que tudo indica, deverão prolongar-se ainda mais. Uma fração substancial dos rebeldes, se mostram não dispostos a aceitar o Acordo de Damasco, negociado, sem a presença palestina, por Arábia Saudita e Síria o acordo estabele a retirada de todos os guerrilheiros palestinos de Tripoli e arredores e o início de um "diálogo democrático", entre Arafat e opositores, visando a solucionar as disputas internas e restabelecer a unidade da OLP.

Tripoli deverá ser invadida nas próximas horas.

Dos EUA à Síria e Líbia cerra-se a aliança pelo estrangulamento da OLP.

Paraguai Greve de fome

Cinco presos políticos paraguaios se declararam em meados de novembro em greve de fome em procura de sua liberdade. Quatro são dirigentes estudantis do Movimento Pela Reorganização Universitária. De outro lado, cumpriu dois meses de prisão um dirigente do Sindicato dos Jornalistas do Paraguai. E o promotor solicitou de novo o encarceramento de quadro novos dirigentes estudantis, que já haviam sido processados e saído semanas atrás da prisão. O Banco do Brasil (Agência Assunção) somou a sua cota a esta escalada repressiva, despedindo um combativo dirigente sindical que retornava ao trabalho após passar vários meses no cárcere por um processo político.

A repressão tem um sentido certo: impedir que se articulem os setores populares em um momento em que a ditadura Stroessner (29 anos no poder) se vê obrigada a implementar um forte política de arrocho em virtude da crise econômica.

Nesta campanha, a ditadura Stroessner tem contado com o apoio da oposição burguesa e da hierarquia da igreja conservadora. Acusam o movimento operário e o movimento estudantil de tramarem "complots subversivos", "planos anarquistas", legitimando assim a ação da polícia.

É urgente o apoio ao movimento popular paraguaio. O seu isolamento internacional é um dos principais fatores de estabilidade da ditadura Pinochet.

Entrevista

De novo, o ABC da luta operária

Os metalúrgicos do ABC — principalmente S. Bernardo e Santo André — têm mais motivos para cantar seu lema: "Ói nós aqui otra vez". Reagindo à tempestade de decretos pelo método mais próximo da classe operária — a greve —, dobraram várias empresas e obrigaram os patrões à negociação direta por fora dos limites legais. Aqui uma entrevista com João Paulo, diretor-cassado de S. Bernardo, avaliando o significado da vitória. A diretoria cassada está agora instalada em frente ao sindicato, num salão do Fundo de Greve que é, para a grande maioria dos metalúrgicos, o verdadeiro organismo de luta.

Por Elvira de Oliveira

ET — Como foi a preparação para a greve?

João Paulo — Há pelo menos uns quinze dias do início da greve, nós vínhamos soltando boletins diários agitando a idéia da greve, caso fosse aplicado ao nosso reajuste o Decreto-Lei 2045, pois a data do nosso reajuste é 1.º de outubro. A briga seria pela reposição da perda. Em reunião da diretoria avaliamos que em algumas fábricas, onde já havia alguma mobilização poderia se levar uma proposta de greve. Marcamos uma assembléia para o dia 9, no próprio sindicato e contra a vontade do interventor.

Essa assembléia foi bastante especial, pois os trabalhadores tiveram que invadir as dependências do sindicato para poder entrar, pois o interventor havia fechado tudo e ido embora, às três horas da tarde. E foi uma assembléia feita já sob um clima de greve: a Ford estava em greve desde o dia anterior.

ET — E o resultado?...

JP — Foi decretada a greve onde houvesse possibilidade de parar. Não pudemos e nem achamos que seria correto decretar greve para toda a categoria. Nós avaliamos bem o momento que estamos passando e principalmente sabemos que não temos a mesma infraestrutura de antes, quando tínhamos o sindicato.

O que a assembléia decidiu é que teria que ser greve na fábrica, e de preferência sem a presença da diretoria no sindicato, pois éramos só oito para fazemos todo o trabalho e sem perua, sem som....

Mas logo o movimento provou sua força e mostrou que ia ser um sucesso. As maiores empresas pararam no primeiro dia e tanto esta como outras pequenas, num total de sete empresas seguraram a greve até o final. Mas até agora está havendo paralisações, cada dia estoura greve numa fábrica diferente, onde os patrões ainda não estenderam o acordo conquistado.

ET — Costuma-se dizer que, em S. Bernardo, a cada ano, os trabalhadores inventam um novo tipo de greve, conforme a situação...

JP — Na verdade, os trabalhadores sabem já o momento e o tipo da paralisação que pode dar certo. O nível de organização necessário para essas greves que aconteceram tinha que ser maior no interior da empresa, porque já não dispomos da máquina do sindicato. E foi o resultado de um trabalho que foi plantado há tempos, talvez em 1977, na campanha da reposição, e que nós continuamos cultivando. Com base nesse trabalho e nas condições atuais, analisamos que teríamos que centralizar em 4 grandes empresas, as maiores e as que maior repercussão teriam sobre o ânimo e a produção das outras.

ET — Os empresários aceitaram negociar com a diretoria cassada?

JP — Não foi logo de cara; aceitavam mas meio a contragosto e com muito cuidados. Na FORD, por exemplo, havia uma negociação com dois diretores,



Ennio Brauns

representantes da comissão de fábrica, técnicos do DIEESE, o advogado do sindicato. A proposta que apresentaram não era, a nosso ver, a ideal, mas era uma certa vitória para a maioria dos operários e, além disso quebrava o 2 045. Seria um 2 065 retroativo até 1.º de outubro.

ET — A situação nacional, os impasses do regime, permitem maior espaço para esse movimento, inclusive dando maior margem de ação para a própria diretoria cassada negociar?

JP — Tá certo. Mas o mais importante é que o arrocho e os decretos são tão escandalosos que estão obrigando o trabalhador a perder o medo.

ET — Você acha que isso se estende a outras categorias?

JP — Na verdade, isso começou fora de S. Bernardo. Começou talvez com os sapateiros do R.G. Sul. São Bernardo dá mais manchete, mas mesmo aqui no ABC, para

sermos francos, foi em Santo André que a coisa começou a pegar. Acho que é um exemplo para outras categorias, outras regiões. Porque acredito que se trata de uma vitória quebrar um decreto, fora da data de dissídio, da campanha salarial habitual. Recuperamos algumas perdas que nos estavam sendo impostas. E tem empresas onde não houve paralisação em que houve extensão do acordo.

ET — Há algum plano com relação à recuperação do sindicato?

JP — Nossa preocupação é o retorno do sindicato na mão de seus verdadeiros donos, os trabalhadores. Pode não demorar muito o fim da intervenção e a nomeação de um junta governativa. Mas mesmo sem isso nós vamos ocupando o nosso espaço. Mesmo com o interventor, fizemos assembléia dentro do sindicato, mesmo com 300 policiais em volta do prédio.

suspensão do pagamento do "14.º salário", gratificação dada espontaneamente pela empresa e contra o cumprimento de horas-extras no sábado, o que poderá acarretar um maior desemprego para o próximo ano.

Alertados por um engenheiro da fábrica, mais do que depressa chegaram 4 soldados da PM e um tenente, com a prepotência de sempre. Mas dessa vez o trôco veio a galope. Depois de alguns minutos, os "milicos" estavam com uma mão, um braço e um costela quebrada, várias escoriações pelo corpo, tendo que ir para o Pronto-Socorro.

Os trabalhadores por seu lado, saíram ilesos e foram autuados como tendo "atentado contra a liberdade de trabalho". É, um dia é da caça, outro do caçador.

Os trabalhadores da Ford de São Paulo, localizada no bairro do

Ipiranga seguindo o exemplo de combatividade de seus companheiros do ABC, amanheceram ontem de braços cruzados. Logo pela manhã, em assembléia, os 1500 trabalhadores decidiram pela paralisação. A tarde, os 1000 operários do turno não negaram fogo e à noite foi a vez dos 500 horistas. Com isso, os chaminés se apagaram totalmente, com a luta pelas reivindicações: 6% de aumento real de salários, reajuste trimestral, condução gratuita e desconto proporcional em caso de falta, sem perda do descanso semanal remunerado.

Segundo os trabalhadores, a produtividade da empresa tem sido cada vez maior e eles não vêm nem o "cheiro" disso. Os patrões, no entanto, até o momento estão inflexíveis. Só aceitaram discutir o item do transporte. Os outros não,

pois estavam incluídos nas negociações entre o Grupo 14 da Fiesp e os Sindicatos de Metalúrgicos, com acordo firmado em 3 de novembro. O impasse está lançado. Resta saber quem recuará primeiro.

O ABC paulista, depois da vitória recente de São Bernardo continua em ebulição. Todo dia uma nova fábrica entra em greve. Há uma semana a Trefilaria da Mannesman S.A. de São Caetano está em greve e os trabalhadores firmes, não arredam pé. Ao mesmo tempo, no vizinho Santo André, os 900 empregados da Elevadores Otis, mantêm sua greve iniciada sexta-feira passada, dia 25. A empresa está intransigente dizendo que só dialogará com a fábrica funcionando normalmente. E os trabalhadores não abrem mão do reajuste salarial de 100% do INPC, motivo da greve.

Estudantes

Oposição vence no Paraná

Por Marcos Cordioli

A vitória da oposição na União Paranaense da Estudantes — UPE — com mais de 50% dos votos válidos, numa das mais massivas dos últimos tempos de 26 mil votantes 5 demonstram a recuperação do movimento estudantil no Paraná.

O trabalho de oposição começou no ano passado com o lançamento de uma chapa que tinha como objetivo divulgar um programa de lutas entre os estudantes, num estado que, por muito tempo, foi um dos redutos dos reformistas no movimento estudantil. Esse trabalho ganhou corpo no processo de mobilização vivido no estado, com várias lutas parciais e algumas vitórias, como o parcelamento das mensalidades na universidade católica e específicas lutas em escolas. O crescimento da oposição já era evidente no Congresso da UPE, quando aprovou por medida de plenário as teses sobre conjuntura nacional, embora perdesse as votações nas questões específicas estudantis, e no próprio Congresso da UNE onde, no contrário dos anos anteriores, a delegação de oposição à diretoria da UNE tinha a mesma força que os delegados situacionistas.

Com um debate aberto e democrático nas escolas e Universidades sobre a composição da chapa para disputar as eleições, e um programa de luta que propunha uma UPE forte e combativa formando ao lado da CUT, a oposição montou uma chapa integrando os companheiros do PT e do PDT e vários estudantes independentes. Na situação estavam presentes os estudantes do PMDB, basicamente os apoiadores da Voz da Unidade e Tribuna que tinham como saldo a apresentar aos estudantes anos de gestão imobilista na direção da entidade. O resultado não deu outra: apesar de toda a tradição e implantação a chapa Movimento, do PMDB, ficou com 11 mil votos, contra os 13 mil que deram vitória a chapa Ponto de partida.

CURTAS

Na Coferraz, em Diadema, uma das fábricas de maior repressão interna da base do sindicato, só faltava um empurrão para realizar a greve. Sem a participação do Sindicato, o diretório do PT de Diadema, na quarta feira da greve, assumiu a panfletagem da porta da fábrica, convocando os companheiros a paralisarem. No dia seguinte a fábrica parou inteira e 24 horas depois os trabalhadores já tinham conseguido um acordo semelhante ao da Ford de S. Bernardo.

No último sábado, a fábrica Cáloi, metalúrgica da zona sul paulista viveu fatos bastante insólitos. Logo de madrugada, um grupo de metalúrgicos, liderados pelo sindicato da categoria, animavam a porta com um piquete que protestava contra a

Greve Geral em abril

A reunião da direção nacional da CUT marcou para abril a data da próxima greve geral. Um mês onde os metalúrgicos do ABC estão em campanha salarial. Um mês em que a ditadura comemora os 20 anos de violência e expropriação do povo brasileiro.

Por Luci Ayala

A reunião da direção nacional da CUT, realizada dias 12 e 13 de novembro, em Goiânia, fez um balanço da atuação da Central da mobilização para a greve do dia 25 de outubro e traçou os planos de continuidade da luta e de estruturação da CUT. Dadas as avaliações do grau de organização e mobilização nos diferentes estados foi considerada correta a decisão da executiva nacional no sentido da suspensão da paralisação. No entanto, os debates sobre as razões dessa situação levantaram questões muito mais amplas do que as apontadas no documento final aprovado.

O balanço aprovado aponta como motivos explicadores da situação, primeiro o fato de existir um clima de expectativa quanto a rejeição do decreto-lei 2045 e a sua posterior rejeição, que se viu como fator desmobilizador; em segundo lugar o boicote por parte de setores do movimento sindical em relação à greve, contribuindo para seu esvaziamento e em terceiro lugar, de forma secundária, aponta a própria falta de estrutura e organização interna da CUT que não conseguiu centralizar as orientações informes e preparação mesma da greve.

A precária organização da entidade, que no período de preparação da greve não conseguiu fazer nenhuma reunião com a presença de todos os membros da Coordenação

Nacional, é um fato explicável pela própria juventude da Central, a falta de uma estrutura já constituída e implantada diante das imensas tarefas de centralização do movimento a nível nacional. As próprias condições em que foi criada a CUT, com o racha e boicote de setores do movimento não davam um quadro seguro para a atuação da direção. Faltou, no entanto, uma política mais definida da CUT para enfrentar essa situação, apontando como tarefa central a sua própria construção, uma política agressiva de filiação e de construção dos organismos intermediários de direção. Nessa questão o aspecto financeiro não é o de menor importância: a CUT, por muito tempo, terá de conviver com o fato de que, mesmo sendo uma estrutura independente do estado tem na sua base os sindicatos oficiais, atrelados ao ministério do trabalho. Com a intervenção nos principais sindicatos de S. Paulo, o movimento ficou sem os recursos materiais suficientes para uma ampla agitação de massas preparatória para a greve, apontando a necessidade de construção de uma estrutura financeira autônoma.

Uma estratégia mais clara de construção da CUT também está ligada ao aprofundamento de suas posições políticas e de sua relação com os outros setores do movimento sindical.

A CUT reúne os setores mais combativos do movimento sindical no entanto não consegue ser a direção do conjunto do movi-

mento. A maioria dos sindicatos do país ainda está nas mãos dos pelegos ministerialistas, e uma grande panela com os pelegos reformados e seus assessores, as correntes stalinistas, o que obriga a CUT a desenvolver uma política agressiva de frente única. Por fim, permitir que a mobilização tivesse seu centro no 2045 e não na luta contra a política econômica do governo não só reduziu o campo de enfrentamento político dos trabalhadores como transferiu o centro da ação política para o parlamento, ficando a mobilização operária como figurante, força de pressão ao Congresso Nacional e dependente de seus resultados.

Vários dos encaminhamentos aprovados na reunião da direção nacional apontam para o enfrentamento a esses problemas, principalmente no que diz respeito a estruturar a CUT e buscar construir uma estrutura financeira própria.

A data indicativa para a greve geral — abril de 84, coincide com os 20 anos da ditadura militar. No plano de lutas aprovado no Conclat, além da luta contra a política econômica do governo e pelas reivindicações trabalhistas, está a luta pelas eleições diretas.

A CUT deve orientar a mobilização dos trabalhadores, desde já, não apenas contra os decretos de arrocho, não apenas contra a política econômica do governo, mas pela derrubada da ditadura militar.

Principais resoluções

1º) Greve Geral em Abril.

2º) Jornada Nacional de Lutas em preparação à Greve Geral.

Será realizada na última semana de janeiro e primeira de fevereiro, de acordo com a experiência e tradição de mobilização em cada região.

3º) Plenária Nacional de Dirigentes Sindicais.

Deverá realizar-se após a jornada de lutas, aberta à participação de todos dirigentes sindicais que estiverem encaminhando a preparação da greve geral, com objetivo de prepará-la e estabelecer o cronograma de sua preparação.

4º) Assembléias regionais e estaduais com o objetivo de orientar a greve e estruturar os seus comandos.

5º) Quanto à Unificação do Movimento Sindical na preparação da greve foi deliberado que a direção da CUT encaminhasse negociações com os demais setores do movimento, buscando traçar um calendário comum de organização das jornadas de luta e a convocação conjunta das plenárias de dirigentes sindicais, regionais e nacional, bem como das Assembléias.

6º) Quanto à estruturação da CUT foram dados encaminhamentos no sentido das disposições aprovadas no estatuto da CUT.

Congresso Regionais e estaduais até 15 de março, ampla campanha de sindicalização e de filiação à CUT. Foi estabelecido como meta que, até agosto de 84, quando deverá ser realizado o II Conclat, a CUT já tenha 1000 entidades filiadas.

O que dizem os dirigentes

Por Américo Bernardes

Jacó: A mobilização para o dia 25 foi maior que a de julho

Jacó Bittar, do Sindicato dos petroleiros de Paulínea, Coordenação Nacional da CUT.

— Qual a avaliação que você faz do adiamento da Greve Geral do dia 25/10?

— A avaliação que foi feita na CUT é que a Greve foi trabalhada em cima do 2.045 e apesar da grande mobilização existente, a rejeição do 2.045 contribuiu para o adiamento. Mas a mobilização para o dia 25 foi bem maior que para o dia 21 de julho. Mas a proposta de Greve Geral continua na atualidade e é importante que ela seja realizada, não em cima de decretos, mas das condições atuais da classe trabalhadora (desemprego, custo de vida, intervenção nos sindicatos, etc). Para a realização da Greve Geral é importante a unidade do movimento sindical, mas esta não é uma situação incondicional.

— Como você vê a perspectiva da unidade do movimento sindical depois do Congresso de Praia Grande?

— O movimento sindical ligado à CUT quer a unidade e busca a unificação propondo as bandeiras de classe trabalhadora, inclusive as aprovadas na CONCLAT/81 e referendadas no CONCLAT/83. Mas o movimento sindical não pode ter a unificação como preocupação central: o central é imprimirmos as lutas dos trabalhadores.

— Quais devem ser as propostas da CUT daqui em diante, e a Greve Geral?

Jacó — A CUT deve ter uma data indicativa para a Greve Geral, que seja discutida nas regionais. Devemos marcar a greve bem definida (Pra quê? Por quê?) Neste momento é fundamental a Greve Geral para a classe trabalhadora exigir a sua participação na sociedade. A CUT deve dar continuidade ao seu plano de lutas aprovado no CONCLAT.

Calazans: Greve geral contra o regime

Carlos Calazans, do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte, direção nacional da CUT.

— Qual sua avaliação sobre o adiamento da Greve Geral?

O adiamento da greve foi preciso devido a três motivos: 1. devido à dificuldades financeiras de material, estrutura, dificuldade de encaminhar o calendário da CUT, não tínhamos estrutura suficiente para bancar a Greve Geral, principalmente em três estados — MG, SP e RJ; 2. político, a divulgação feita pela imprensa burguesa, voltando a luta para o parlamento, criando um clima de ilusão no parlamento, lançando dúvidas da viabilidade e necessidade da Greve Geral; e 3. a divisão existente no movimento sindical.

— Na questão política, como fica o problema do eixo da greve?

— Existia um consenso junto a todo mundo no Movimento sindical. Uma greve hoje passa pela discussão do fim do regime militar, do rompimento com o FMI, da exigência de estabilidade no emprego, da Reforma Agrária, etc, que

envolvem a questão política. Não adianta ficar correndo atrás de decretos, mas devemos travar uma luta contra aqueles que fazem os decretos, uma luta contra o regime. Em qualquer canto do país a gente vê o trabalhador discutir quem é o responsável pela atual situação, colocando sempre que é o governo.

— E uma nova Greve Geral?

— A Greve Geral está na ordem do dia: a Greve do dia 21 de julho, o trabalho do dia 25 de outubro. Os trabalhadores começam a entender que deve haver uma luta mais unificada, em cima da plataforma estabelecida no CONCLAT. Nunca existiu um clima mais favorável, pelas condições da conjuntura. A Greve Geral volta a ser debatida e devemos prepará-la em todos os cantos do país. As demonstrações que temos visto — quebra-quebras, saques, invasões, etc — mostram que o povo está radicalizando suas formas de luta sem que a direção corresponda. Levar adiante a Greve Geral também significa construir e estruturar a CUT, desde os planos regionais, estaduais até o nacional.

— Neste processo de encaminhamento de uma nova Greve Geral, como é que fica a questão da unidade do movimento, principalmente depois de Praia Grande?

Praia Grande na verdade criou uma central deles, apegada às experiências antigas, tipo CGT e a gente acredita que o CONCLAT de Praia Grande não foi expressivo, dado a que foi um Congresso de direções. Temos que discutir a unidade em cima de questões concretas e não de questões isoladas que não fazem o movimento avançar. Acho que hoje a questão do fim do regime militar, Reforma Agrária, rompimento com o FMI, a queda da inflação, são questões que devem ser discutidas com eles, tendo em vista a Greve Geral. Se eles não estiverem dispostos a assumir vamos mostrar que somos nós que buscamos a unidade, que respeitamos as deliberações do movimento.

Abdias: Priorizar a estruturação da CUT

Abdias Nascimento, do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, da Coordenação Nacional da CUT.

— Como você avalia o adiamento da Greve Geral?

— O adiamento, eu acho partiu de um análise correta feita pela Direção Nacional. A CUT, apesar de todo um esforço que se fez e do envolvimento dos companheiros, não conseguiu chegar a um pique de mobilização para a Greve Geral. Se por um lado conseguimos sensibilizar alguns setores, dentro de algumas categorias houve dificuldades, tais como: comunicação, poucas assembleias feitas em alguns sindicatos e também as correntes que puxaram para trás a Greve Geral, tentando desmobilizar a CUT.

— E uma nova Greve Geral? Como é que fica?

— Uma nova Greve Geral, a meu ver, está muito ligada à estruturação da CUT — uma coisa vai ter que fortalecer a outra. Um dos fatores que contribui para que não saísse a

Greve foi a não existência de estrutura nos estados, só existindo a nacional.

— E que política imediata deveria ser desenvolvida pela CUT?

— Uma política imediata não pode ser contra apenas o 2.065; não podemos continuar correndo atrás de Decretos, mas sim termos propostas de luta contra o desemprego, contra a intervenção do FMI, etc. Se tira um decreto, em 2 horas o governo faz outro.

— E a questão da unidade do movimento? Depois de Praia Grande, como é que fica?

— Eu não estive em Praia Grande, mas pelos comentários que ouvi acho que a coisa está definida; o pessoal de Praia Grande é o de Praia Grande e o da CUT é o da CUT. Criaram uma estrutura e não abrirão mão dela para se incorporar à CUT. A CUT tem um plano de lutas; abrir mão da estrutura é muito difícil e nem sei se isto seria bom. A unidade vai se dar nas lutas concretas.

— E a idéia do "Conclatão" que saiu em Praia Grande?

— O "Conclatão" é uma grande piada. Se eles quisessem realizar um "Conclatão", já se teria feito. Se estas forças quisessem a unidade, já se teria feito. Isto não passa de conversa para enganar bobo. O que existe de concreto é que quando se tirar uma Greve Geral, quem estiver a fim da unidade entra nela. A fusão de estruturas criadas é uma piada.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sergio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vila Amaro — Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal, 1427.

Eleições na Vale do Rio Doce - ES É hora de virar a mesa

Com as eleições marcadas para o dia 26 de janeiro de 1984, os trabalhadores da Cia. Vale do Rio Doce, já começaram a demonstrar que estão dispostos a derrubar o pelego que atualmente dirige o maior sindicato do Espírito Santo, o sindicato dos trabalhadores em empresas ferroviárias de Vitória, mais que na verdade é o sindicato que agrupa todos os trabalhadores da Cia. Vale do Rio Doce. Para a categoria, somente uma chapa é capaz de responder seus anseios e, a cada dia, a chapa Araçá aprofunda seus contatos com as bases, sendo até hoje, a única que realmente já está em campanha.

E se de um lado, a chapa 1 — de oposição — busca discutir com todos os trabalhadores suas propostas, do outro, a chapa 3 — encabeçada pelo atual presidente tenta usar de todos os recursos para se manter na entidade. Usando e abusando da máquina sindical, Alcyr Correa, o pelego, transformou a entidade em uma grande Comitê Eleitoral. Caso descubra que algum trabalhador está apoiando a chapa Araçá — chapa 1, logo proíbe que ele seja atendido no sindicato, faz ameaças, e para não ficar muito distante dos maiores pelegos brasileiros, já mandou, através de seus capangas, agredir vários integrantes da chapa 1.

EM TEMPO entrevista o candidato a presidente pela chapa 1 — Araçá, Renato Barbosa de Menezes.

ET — Como surgiu a chapa Araçá — chapa 1?

Renato — A chapa surgiu da oposição sindical constituída após a derrota nas eleições passadas. Alguns companheiros que participaram da então chapa 4, se conscientizaram de que a única maneira de ganhar o sindicato seria através de um trabalho permanente no dia-a-dia sindical, e não apenas nas vésperas de eleições, como feito normalmente até aquela eleição.

ET — Durante estes 3 anos, como foi a relação de vocês com a categoria?

Renato — Formamos um grupo de trabalho, que se denominou de Movimento Sindical Ferroviário, e que, sentindo a necessidade de um veículo de comunicação com a categoria, criou o Boletim Araçá. A partir daí, começamos a formar comissões de reivindicações que frequentavam periodicamente o sindicato. À medida em que constatávamos a grande omissão da diretoria, com as questões de nosso interesse, aprofundamos nossa organização, denunciando a diretoria que somente buscava resolver os problemas da empre-

sa e nunca os dos trabalhadores. A diretoria além de pelega, é corrupta. Para que você tenha uma idéia, a previsão orçamentária de 1981, foi aprovada há dois meses. E não podemos esquecer que o nosso sindicato, é o mais importante do Espírito Santo. Com 10 mil sindicalizados em uma base de 20 mil, ele tem uma previsão orçamentária para 1984, de 1 bilhão e 200 milhões. Evidentemente que para os corruptos, este é um lugar ideal para fazer política pelega.

ET — Por que este nome ARAÇÁ?

Renato — Araçá significa para o ferroviário, aquele que está sem dinheiro. Ou que está na pior. Este nome foi muito bem aceito pelos companheiros e o nosso Boletim tem, hoje, uma tiragem de 12 mil exemplares para uma categoria de 20 mil. Evidentemente que a partir do momento que aprofundávamos nossas denúncias, no Boletim, dos desmandos e arbitrariedades da diretoria, e da empresa, passamos a ser conhecidos nas assembleias pela nossa combatividade como sendo o "pessoal do Araçá".

ET — Quais os aspectos mais importantes deste trabalho?

Renato — É ter conseguido, ao longo destes anos, dar consciência à categoria de como ela é enganada pelos pelegos. E de como ela deve reagir ante às manobras desses falsos líderes sindicais. Além disso, foi muito importante o trabalho que levamos a nível estadual e nacional. Participamos, enquanto oposição, dos Enclats e no 1 Conclat (em 1981) em Praia Grande, já que se fôssemos esperar pela diretoria do sindicato, estaríamos totalmente fora das lutas levadas pelos trabalhadores do Estado e do país.

ET — Quais os principais pontos de programa que são levantados pela chapa 1?

Renato — Temos como básico em nosso programa uma participação efetiva no movimento sindical nacional. É consensual entre os participantes da chapa o fortalecimento da CUT como entidade máxima dos trabalhadores, unificada pela base e não pela cúpula. À partir da unificação do movimento teremos mais forças para lutar contra a política econômica do governo; reajustes trimestrais, por piso salarial, delegado sindical eleito democraticamente pela base, enfim, empunhamos todas as bandeiras do plano de lutas do congresso de São Bernardo.

ET — Como foi o processo de formação da chapa e sua composição?

Renato — Procuramos for-



Renato Barbosa Menezes
Presidente da chapa Araçá.

mar uma chapa que fosse representativa de todos os setores de trabalho da CVRD. Dessa forma, procuramos priorizar a combatividade de cada companheiro, que através de eleição por setor foi escolhido para compor a chapa. Depois de eleitos os 23 membros passamos a eleição para cargos. Esse encontro, realizado em dois 2 dias, teve como resultado final uma chapa que contempla a representatividade por setor de trabalho e a combatividade de cada um dos integrantes. Dessa forma fazem parte da chapa companheiros que militaram ou militam nos diversos partidos políticos: PMDB, PT e PDT. Isso mostra a amplitude de nossa chapa, que já está sendo apoiada, pois participaram do lançamento da chapa, pelo PDT e PT. Temos também o apoio das Comunidades de Base, da JOC (Juventude Operária Católica), de diversas diretorias de sindicatos e outros.

ET — Quais as maiores dificuldades que vocês tem encontrado e como fazer para colaborar nesta campanha?

Renato — As maiores dificuldades são financeiras. Queremos dar um pique maior à campanha, aliás temos um projeto de campanha que é dos melhores, mas somos atropelados pela falta de dinheiro. Atualmente temos uma dívida superior a 400 mil, e isso quando estamos no início da campanha. Queremos aproveitar esta oportunidade que nos dá o EM TEMPO para pedir ajuda aos companheiros dos outros estados e das entidades sindicais, que tem um compromisso de luta, que nos ajudem a ganhar esta eleição.

**Dê uma força
para os companheiros
da Araçá**

Mande sua contribuição para o Banco Itaú, agência 0070 — Vitória, ES conta n.º 22322-7, em nome de Benito Furieri ou Renato Barbosa Menezes. O endereço para contato é Rua do Rosário, 78 — 1.º andar, em nome do Movimento Sindical Ferroviário, ou no telefone do sindicato dos trabalhadores da Construção Civil n.º 223 55 09.

Professores de S. Paulo Greve contra Montoro

Por Luci Ayala

A primeira grande manifestação de massas contra um governo de oposição ficou por conta dos professores de S. Paulo. Dia 23 de novembro mais de sete mil pessoas — professores, com a participação de alunos — foram às ruas centrais de S. Paulo protestar contra a política econômica e salarial do governo Montoro.

Um dia de greve com mobilização foi a deliberação do Congresso Anual da Apeesp, como forma de reorientar a campanha salarial e preparar as lutas do próximo ano. O professorado acorreu em peso ao chamado de sua entidade de classe, com a manifestação estendendo-se por todo o estado, chegando algumas cidades a paralisar 100% das escolas, como em Presidente Prudente, realizando atos de protesto em vários pontos do estado, como Campinas, Santos, Prudente, etc. A falta de organização e centralização da entidade na preparação da paralisação não permite ainda uma visão mais clara do total de escolas que aderiram à greve. Mas mais de sete mil pessoas, participaram do ato de protesto no centro de S. Paulo.

Iniciando com uma concentração em frente à Secretaria de Educação, o professorado retomou sua tradição de mobili-

zações massivas, realizando uma longa caminhada até a Secretaria da Fazenda — um ato que aponta para a unificação do conjunto do funcionalismo público. No percurso, os manifestantes foram sendo saudados pela população através de aplausos, chuvas de papéis picados e adesões que engrossavam a passeata.

As palavras de ordem mais repetida: "O povo elegeu, mas já se arrependeu" e "Montoruf", associando o governo Montoro a seu antecessor, Paulo Maluf, expressavam o fim das ilusões e o rompimento do professorado com o governo Montoro em quem votou massivamente. Em frente à secretaria de Fazenda a palavra de ordem "Serra, Serra, Serra, você traiu a luta mas a luta não se encerra" referindo-se ao secretário de planejamento do governo estadual, José Serra, que já foi integrante do Comando de Greve do Funcionalismo público em lutas anteriores, e "queremos o dinheiro ou greve em fevereiro" com que foi encerrada a manifestação, demonstram claramente a disposição de luta da categoria em abrir o ano letivo em greve, jogando por terra o que resta de ilusões quanto a um governo de oposição burguesa.

Motoristas do Rio Locaute patronal assusta Brizola

No dia 13 de novembro os jornais cariocas anunciavam que os empresários de transportes coletivos, reunidos no sindicato das empresas de ônibus do RJ, decidiram reduzir de 20% as frotas e demitir cerca de 3 mil funcionários, para fazer frente ao aumento do óleo diesel. Segundo os empresários, o locaute e as dispensas poderiam ser suspensas se o governo estadual concedesse um aumento de 77%.

Na segunda-feira seguinte o sindicato dos rodoviários do Rio convocou uma assembleia da categoria. A diretoria, uma das mais pelegas do Rio, propunha uma greve contras as demissões e o chamado turno único (pelo qual o motorista trabalha 5h no rush da manhã, descansa 4h, e trabalha mais 5h no rush da tarde). A assembleia totalmente controlada pela diretoria do sindicato não deu espaço para qualquer falação a não ser dos burocratas e dos pelegos do sindicato. A oposição completamente diluída não conseguiu se compor e tentar atuar organizadamente na assembleia.

Pelegos Manobram

Apesar da confusão reinante na oposição, alguns setores distribuíram uma nota do PT que propunha combinar a luta contra as demissões com a luta pelo congelamento das passagens e a estatização dos transportes coletivos com controle da população. No entanto, a diluição da oposição e o rígido controle da assembleia pelos pelegos, levou a diretoria a adiar a greve

e marcar nova assembleia para quinta-feira, colocando o indicativo de greve para a zero hora de sexta-feira.

O governo Brizola, no entanto, já na quinta-feira, mais uma vez cedendo à pressão patronal, promove um acordo com o sindicato dos patrões: reajuste das passagens em 23% no dia 19 de novembro e novo reajuste em janeiro de 1984. Na quinta-feira de manhã foi assinado um acordo entre os empresários e os rodoviários no qual ficariam suspensas as demissões, prometia-se readmitir os demitidos e acabar dentro de um mês o turno único. Os rodoviários não têm nenhuma garantia que essas promessas serão cumpridas.

População Prejudicada

A assembleia da tarde, tão ou mais controlada que a de segunda-feira, aprovou o acordo com os patrões. Mais uma vez a tática de locaute foi bem sucedida e Brizola recuou diante das ameaças dos empresários. (ver ET 178). Por outro lado, a diretoria do sindicato que agiu sempre em perfeita sintonia com os patrões usou a categoria como massa de manobra para fortalecer os empresários na barganha com o governo estadual. Na verdade, o aumento de preços dos coletivos — o terceiro esse ano — agrava enormemente as despesas com transporte do conjunto da população. E, o pior de tudo é que não existe nenhuma garantia de que os rodoviários demitidos serão readmitidos.

EM TEMPO — As mulheres enquanto um movimento organizado participaram já de dois processos eleitorais, em 1973 e em 1983. O que existe de semelhante ou diferente na participação dessas duas eleições?

Sara — Em 1973 o grupo feminista mais importante era a UFA União Feminista Argentina formado de feministas independentes, mulheres de classe média e alta burguesia e militantes trotskistas com pelo menos 15 a 20 anos de militância, vinda de um processo de que no partido não haviam lhes dado o espaço que lhes correspondia.

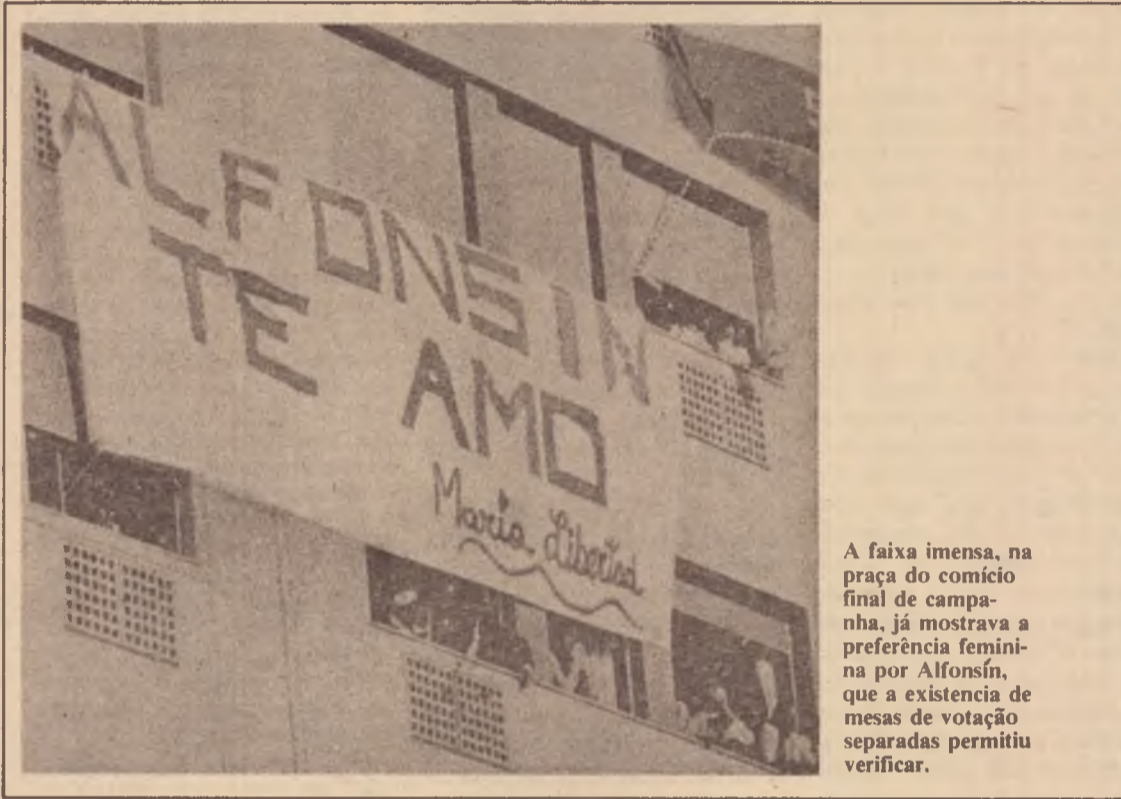
Nesse momento se buscou muito ligar o movimento feminista com o movimento revolucionário partidário. No entanto, o que aconteceu foi uma situação, que nós feministas caracterizamos como oportunismo dos partidos políticos. Tentaram captar a vanguarda do feminismo, ou dirigir o movimento de mulheres. Mas devido à heterogeneidade de sua composição não conseguiram seus objetivos. Isso desintegrou muitíssimo os grupos. Muitas mulheres saíram dos grupos para se integrar nos partidos. Formaram dois grupos de mulheres dentro dos partidos levando um trabalho nos bairros muito semelhante aos trabalhos que eu pude observar no Brasil. Mas o problema é que em 1971 e 1972, até o momento das eleições, a prioridade era somente de filiar grande número de pessoas ao partido. Permitia-se o trabalho das mulheres se com isso se obtinha um resultado imediato em filiações. Como é muito raro que se obtenha porque o tempo da mulher é um outro tempo, e não resultou no esperado, desestimulou-se o trabalho específico. Não saíram de nenhum desses grupos de trabalhos propostas concretas como creches ou criação de departamentos femininos em sindicatos.

O ano de 1975 foi um ano de crescimento do movimento, devido ao Ano Internacional de Mulher (da ONU). Fez-se congressos, pesquisas, estudos, e principalmente uma frente de luta pela mulher, com a aliança de três grupos feministas e um grupo de mulheres socialistas que eram do PST. Um trabalho de um ano, que funcionou apesar de todas as dificuldades. Daí podia ter começado muita coisa, mas veio o golpe. Não houve repressão direta ao feminismo em nenhum momento, mas as medidas de segurança que tomamos foram as mesmas

Dez anos de feminismo

Sara Torres, militante do movimento feminista argentino há doze anos, faz um balanço do movimento de mulheres desde as eleições de 1973 até a surpreendente votação feminina do candidato vencedor, das últimas eleições, Raúl Alfonsín, do Partido.

Por Maria Tereza Verardo



A faixa imensa, na praça do comício final de campanha, já mostrava a preferência feminina por Alfonsín, que a existência de mesas de votação separadas permitiu verificar.

que tomaram todos os outros grupos.

Em 1979 se recomeça timidamente a tocar no tema. Fazemos um seminário no Instituto Goethe que dá origem ao Centro de Estudos da Mulher, com um bom nível teórico. Aparece a Revista *Todas* e a revista *Persona* volta. Em 1980 as feministas se reuniram para fazer a campanha contra o Poder Paterno. Foi algo que fizemos com táticas claras e com uma análise política. Sabíamos que era uma bandeira absolutamente reformista. Mas nesse momento era a única possível: algo que unia uma corrente de

opinião, que mostrava a desigualdade entre homens e mulheres, que afetava a família, os filhos, todos os valores importantes, que se podia falar na televisão e nos meios de comunicação. A partir daí todos os partidos políticos assumiram essa bandeira.

Nesse momento começam a se reorganizar alguns grupos feministas. Aparece o ATEM (Associação de Trabalho e Estudo sobre a Mulher) que é no momento o único grupo com uma proposta feminista mais militante e outros três grupos mais centrados no estudo e na pesquisa.

EM TEMPO — Como é que ficou a questão da autonomia nessas eleições?

Sara — Nestas eleições tínhamos companheiras candidatas a deputadas participando de vários e distintos partidos e não apareceu a discussão partidária nos grupos. Quando os partidos aparecem nos pedindo opinião sobre aborto ou temas específicos colocamos nossa opinião. Decidimos que vamos colaborar com todos os partidos que nos peçam colaboração. Mas não discutimos questões partidárias nos grupos. Na medida em que um

partido colocou o tema da mulher na sua plataforma, começou outro e mais outro. O tema da mulher foi colocado na plataforma interpartidária pela nossa pressão aqui de fora, porque se estivéssemos dentro não teríamos conseguido.

EM TEMPO — Como as feministas viram a propaganda de Alfonsín, "O Homem que fez falta", e como é que vocês explicam a votação maciça das mulheres no radicalismo?

Sara — Eu acredito que a imagem e a mensagem psicológica de Alfonsín foi uma tática perfeita. Isso é uma crítica ao machismo. Que a mim me surpreendeu principalmente quando nos fundamentos teóricos do radicalismo não está incorporado o problema do patriarcado, as questões da mulheres, não está incorporado nada. O uso da palavra machismo foi muito bem feito, e, contraditoriamente, o papel dele foi de uma atitude patriarcal muito suave: o pai bom, o pai compreensivo que nos vai dar a mão para nos ajudar a crescer. Por outro lado o justicialismo, além de alguma barbaridades que disseram alguns dirigentes sobre o tema da mulher, aparecia como um movimento violento, uma coisa de machos.

EM TEMPO — Finalizando, você acha que com o novo governo muda alguma coisa para as mulheres?

Sara — Não acreditamos que mude nada realmente nesse momento, sobretudo porque o compromisso com a Igreja vai ser fundamental. O candidato que ganhou é o único que não colocou nada na sua plataforma, nem sequer a questão do divórcio. A única bandeira que assumiu foi a do Poder Paterno: a proposta de equiparação dos filhos extramatrimoniais com os matrimoniais e o direito da concubina de cobrar a pensão do marido para os filhos.

O CIM — Centro de Informação Mulher — está funcionando em novo endereço: Rua Leôncio Gurugel, 11 Vila Economizadora (perto da Rua São Caetano).

O QUE É FEMINISMO

6

A luta das mulheres é também a luta dos trabalhadores

A opressão das mulheres não começou com o capitalismo. Ela existia nas sociedades de classes anteriores. Mas a sociedade capitalista se apropriou dessa opressão, como uma das suas formas de sustentação. Assim, a opressão sexual tem características particulares dentro de uma sociedade burguesa, cumprindo uma função definida na manutenção do capitalismo.

Quando as mulheres se põem em luta contra a sua opressão específica, indo às bases desta opressão, estão lutando contra uma das colunas que sustentam o capitalismo. Estão lutando contra a família nucleada, patriarcal e monogâmica, que cumpre papéis econômicos, sociais e ideológicos na manutenção da exploração. Estão lutando pela coletivização do trabalho doméstico, contra os interesses dos patrões e seu Estado, que se apropriam do trabalho gratuito das mulheres feito em casa;

contra o controle externo sobre seu corpo e sua função reprodutiva, contra a ideologia machista que sustenta toda esta opressão. E estão lutando contra a sua superexploração enquanto um grupo especial de trabalhadores assalariados, ainda mais exploradas do que os homens.

Assim, construir o sentido revolucionário do movimento de mulheres não é, como pensa muita gente, desviar as mulheres de suas reivindicações específicas para concentrar sua luta em objetivos "mais importantes", "mais gerais". Ao contrário, é aprofundando sua luta contra a função e o lugar que ocupam na sociedade capitalista enquanto sexo oprimido, isto é, aprofundando o caráter feminista de seu movimento, que as mulheres percorrem um caminho objetivamente revolucionário.

A razão de existência do movimento de

mulheres é o enfrentamento organizado a todos os aspectos como se manifesta a opressão sobre a mulher em nossa sociedade. As reivindicações específicas das mulheres, levadas às últimas conseqüências — o enfrentamento ao Estado burguês e ao capitalismo — são a prioridade absoluta do movimento e não devem ser submetidas a nenhum interesse que não seja o das próprias mulheres.

No entanto, as necessidades, as reivindicações e as aspirações das mulheres na sua luta correm em paralelo e se cruzam com a luta dos trabalhadores e do conjunto dos oprimidos. O inimigo contra o qual o movimento operário luta é o mesmo contra o qual o movimento de mulheres deve lutar, em cada país, em cada momento histórico. Hoje, no Brasil por exemplo, o principal inimigo do movimento de mulheres é a política econômica da ditadura e do FMI, que faz crescer a superexploração sobre as mulheres que trabalham fora, piora as condições para o cumprimento das tarefas domésticas e ainda por cima implantará a partir de maio de 84, um programa de controle de natalidade.

Isso não significa que as reivindicações do movimento de mulheres são as mesmas do movimento operário, ou que o movimento feminista depende do movimento operário para realizar seu objetivo histórico, já que a libertação das mulheres não é possível nos marcos do capitalismo. Mas não deve subordinar a ele sua dinâmica nem sua estrutura, mesmo porque a derrubada do capitalismo não é uma garantia automática para a libertação das mulheres, como demonstram as

experiências nos Estados operários burocratizados (voltaremos a este tema em outra edição).

No final da década de sessenta, por exemplo, o grande ascenso que o movimento de mulheres viveu nos países da Europa e nos EUA começou por fora e mesmo contra as organizações da classe operária. E, na medida em que questionou as direções stalinistas predominantes nestas organizações, o movimento feminista serviu como estimulador da combatividade operária e contribuiu para enfraquecer a influência destes dirigentes stalinistas.

Revolução até o fim

Portanto, a luta das mulheres por sua libertação é um componente indispensável da luta anti-capitalista e parte inseparável dela. A libertação das mulheres faz parte do combate histórico da classe operária contra o capitalismo e toda dominação de classe. É preciso tornar consciente este laço por parte das mulheres e da classe operária. Enquanto o movimento operário não assume como sua a luta pela libertação das mulheres (assim como dos outros setores oprimidos), debilita as forças em luta pela revolução socialista e torna-se incapaz de levar a transformação social até o fim. Pois a luta contra todas as desigualdades sociais não se reduz à fórmula "luta de classes", nem se esgota com a tomada do poder.

Na próxima edição, discutiremos a composição social do movimento de mulheres e a possibilidade de uma política burguesa no seu interior.

A morte do grande lutador

Morreu Gregório Bezerra, camponês e militante comunista, que dedicou 50 de seus 83 anos à luta pela democracia e pelo socialismo. Um dos maiores heróis populares de nosso tempo.

Por Júlio Tavares

Gregório Bezerra morreu. Tinha 83 anos dos quais dedicou cerca de 50 à luta pelo socialismo e pela democracia em nosso país, como militante do Partido Comunista. Gregório foi um dos mitos da minha geração. Daquela geração nordestina que descobriu o significado da luta pela democracia, da luta anti-imperialista e pelo socialismo com o próprio despertar das massas oprimidas nos chamados "tempos de Arraes".

Esses tempos tinham tido uma contribuição muito grande do velho, rebelde e honrado Gregório. Ele tinha contribuído para construí-lo. Nesses tempos Gregório era um dos nossos exemplos. Era de certa forma a expressão viva da força do nosso povo. Era filho de camponeses, daqueles que sobrevivem à própria miséria, à seca e à fome, que sobrevivem à exploração dos latifundiários e se humanizam nesta luta. Era ex-sargento do exército que tinha sido heróico nos combates de 35, que tinha tomado sozinho um quartel e que tinha enfrentado, mesmo ferido na luta corpo à corpo e também na bala, diversos inimigos e que só foi preso porque foi encontrado na mesa de um hospital num momento em que lhes extraíam uma bala da perna. Era um militante revolucionário

exemplo ao enfrentar honradamente as torturas, calúnias e perseguições que a reação constantemente lhe fazia. Era o militante comunista que a reação mais odiava em Pernambuco, mas era também o mais admirado pelos trabalhadores do Estado. Quando ele foi candidato a deputado federal, em 45, lhe deram a votação mais expressiva. Gregório por tudo isso era um mito para a minha geração.

Antes de 64 eu o conhecia de longe, em comícios e manifestações. Forte, cabelos brancos, voz firme. Exatamente no dia 1 de abril de 64 eu o vi mais próximo. Eu era um jovem militar e a minha companhia estava de prontidão no quartel do Comando Geral da VII Região Militar. Vimos, então, quando Gregório passou. Vinha amarrado por cordas que lhe envolvia quase todo o tórax e cercado por um grupo de militares armados de metralhadoras. Ele olhava para a frente como se estivesse totalmente seguro de si. Passava em direção ao quartel da IV Região Militar. Era o primeiro preso político que víamos. Eu e outros militares fomos atrás de um caminhão para conversarmos um pouco. Tínhamos até então, uma profunda esperança de que seria possível reagir à tentativa golpista reacionária.

No início de 65 chegamos à Casa de

Detenção do Recife vindos da Ilha, prisão de Fernando de Noronha. Os presos políticos nos receberam fraternalmente, entre eles o velho Gregório. Gregório sofria sequelas das bárbaras torturas que lhe foram aplicadas durante o golpe. Após passar pelo quartel do comando do IV exército ele foi mandado para um quartel no bairro de Casa Forte, aonde foi recebido pelo coronel Villoc com pancadas de cano de ferro na cabeça, pontapés e coronhadas no estômago, barriga e testículos. Aonde o obrigaram a pisar em ácido de bateria que deixou a sola dos seus pés em carne viva e depois disso, foi puxado pelas ruas, amarrado com cordas no pescoço, e o corpo totalmente ensanguentado. O coronel Villoc, como um louco, chamava o povo para enforcar o velho Gregório. Foi o protesto popular que salvou a vida do velho combatente. Mas ele tinha sido massacrado.

Voltamos a nos encontrar em 68. Eu estava de volta à Casa de Detenção do Recife onde passei 68 e quase todo 69. Sua saúde continuava quase na mesma. A insônia o perseguia. Teve que fazer uma operação na próstata. Seu coração começava a ter problemas. Eram sequelas das torturas. Mas o velho Gregório continuava politicamente confiante nas suas posições e no seu Partido.

A originalidade do maoísmo

Depois de se opor às orientações de Stalin antes e durante a tomada do poder, o PC chinês procurou um caminho original de construção do socialismo. Mas não se mostrou capaz de apresentar uma alternativa coerente ao stalinismo, e sofreu uma degeneração burocrática tão forte como a da URSS.

A partir da vitória da revolução, em 1949, o Partido Comunista Chinês começou a construção de um Estado Operário na China (processo que já se iniciara antes nas regiões libertadas). A teoria maoísta dizia que não se tratava ainda da construção de um Estado Operário, mas de uma "nova democracia". Mas os fatos falam mais alto do que esta teoria: de fato, desde 1949 o PC detém todo o poder, não o dividindo (a não ser nominalmente) com nenhuma fração burguesa; e menos de três anos depois, o grosso da burguesia tinha sido expropriada nas cidades. No campo, até 1955 predominou a redistribuição de terras; nesse ano avançou-se na coletivização agrária. Não houve nenhuma ruptura política após 1949. Assim, o Estado cuja construção foi começada nesse ano é fundamentalmente o mesmo que existe até hoje.

Este "Estado Operário" (ditadura do proletariado) já nasceu com deformações importantes. O processo revolucionário foi conduzido pelo PCC à frente fundamentalmente de massas camponesas, com escassa participação do proletariado urbano (as cidades foram conquistadas pelo Exército Popular de Libertação, dirigido pelo PCC; não tiveram um processo revolucionário próprio). Este processo não deu origem a formas de democracia operária; pelo contrário, desde o início o PCC concentrou todo o poder, agindo como um partido único (apesar de que formalmente outros partidos pudessem existir).

Nos primeiros anos, o socialismo chinês tentou seguir os passos do soviético. A partir do fim da década de 50, contudo, e principalmente depois da ruptura formal com a URSS, em 1960, o socialismo chinês começará a tentar se impor como um modelo alternativo.

Curiosamente, vão servir de base para a

constituição de uma corrente internacional maoísta tanto os elementos novos introduzidos pelos comunistas chineses, que os diferenciaram dos soviéticos, como os elementos mais conservadores, mais diretamente vinculados à tradição stalinista. Os que apresentam maior interesse, e que empolgaram inúmeros militantes fora da China, são os aspectos novos. Mas houve também os que se tornaram "maoístas" depois que Khrushchev começou a "desestalinização" na URSS, e que Mao, contraditoriamente, manteve a referência a Stalin (Khrushchev sempre fora um stalinista, enquanto Mao nunca foi um stalinista ortodoxo, e seguiu no processo revolucionário uma estratégia oposta à de Stalin). Estes últimos "maoístas" na verdade eram os velhos stalinistas desencantados com as críticas ao mestre feitas na URSS. Em geral, depois da morte de Mao e da ruptura China-Albânia, passaram a ser "albaneses": a doutrina de Enver Hoxa aparece hoje como a continuação mais fiel do pensamento de Stalin.

As diferenças entre os comunistas chineses depois da revolução e os soviéticos do período stalinista e posterior se explicam por três fatores. Em primeiro lugar, as próprias diferenças entre a situação chinesa e a russa (peso maior do campo, características do processo revolucionário, tradições culturais). Em segundo lugar, a rivalidade entre duas burocracias, dirigentes de dois Estados empenhados na construção do "socialismo em um só país", e portanto propensos a desenvolver ideologias e práticas chauvinistas. Mas em terceiro lugar, e isto foi o mais importante por muitos anos, o fato de que os dirigentes comunistas chineses do período de Mao tinham feito a revolução, e não uma contra-revolução política que liquidara toda a geração revolucionária, como a burocracia



stalinista.

As diferenças apareceram na concepção de construção do socialismo e na política externa durante a década de 60. As diferenças de concepção apareceram principalmente no período do "Grande Salto para a Frente" (1958) e da "Revolução Cultural" (1966/1969). Foram sistematizadas em alguns escritos de Mao, divulgados durante a "Revolução Cultural", onde ele comenta e critica explicitamente o "modelo soviético". Os temas centrais destes escritos são a necessidade de harmonizar o desenvolvimento da agricultura, da indústria leve e da indústria pesada (evitando o peso posto desde a era de Stalin unicamente na indústria pesada, na URSS); e a necessidade de não ter como única preocupação a rentabilidade econômica, mas sim de encaminhar paralelamente a expansão das forças produtivas e a transformação das relações sociais, apoiando-se numa intensiva mobilização das massas.

"Stalin só enfatiza a tecnologia e os quadros técnicos; só quer a técnica e os quadros. Ignora a política e as massas. (...) Anda numa perna só". A ênfase maoísta na "política", "nos homens", chegou a um voluntarismo que por vezes desconhecia a importância das condições materiais, como ficou claro no "Grande Salto para a Frente" e na "Revolução Cultural".

Mas uma limitação ainda mais importante da concepção maoísta diz respeito à própria visão da mobilização de massas:

Conforme ele relatou em suas memórias "confiamos demasiado no dispositivo militar dos nossos aliados e subestimamos o dispositivo dos nossos inimigos. Estávamos com a cabeça cheia dos êxitos parciais. O nosso partido não estava preparado para a luta armada e, em consequência, não preparou a classe operária e as massas trabalhadoras para enfrentar o golpe." E sua confiança no seu partido, e principalmente em Prestes, se mantinha firme.

Gregório saiu da cadeia na primeira troca de presos políticos realizada com o sequestro do embaixador. Foi para o México, depois Cuba e União Soviética, onde se tratou melhor da saúde. Com a anistia voltou ao Brasil. Integrou-se às atividades do seu partido do qual era membro cooptado para o Comitê Central. Com as divergências internas entre Prestistas e a maioria do Coletivo Nacional, integrou-se ao setor que acompanhava Prestes, seu amigo e seu dirigente por muitos anos. O último combate mais expressivo do velho Gregório foi como candidato à deputado federal pelo PMDB de Pernambuco. E foi eleitoralmente derrotado. Sua participação antes, durante e após o pleito, no entanto, é de uma coerência e dignidade de velho combatente de esquerda, exemplar. Era respeitado, inclusive por isso, por todos os que, no Estado, defendem os trabalhadores e as liberdades democráticas. O velho Gregório lutou quase toda sua vida na clandestinidade e passou cerca de 23 anos nos cárceres, por suas idéias. Toda sua vida é um exemplo de dedicação à causa dos trabalhadores.

só aceita uma mobilização estritamente controlada pelo partido. Assim, com o desenvolvimento da "Revolução Cultural", a classe operária entrou em marcha. Realizou uma greve geral em Xangai, e em janeiro/fevereiro de 1967, organizou a "Comuna de Xangai", seguindo o exemplo da "Comuna de Paris". A resposta da direção maoísta foi se apoiar cada vez mais no Exército, e finalmente chegar a uma estabilização da situação e um esvaziamento do movimento. Como alternativa às "comunas", lançou os "comitês da triplíce aliança" (entre elementos do Exército, quadros do partido e novos elementos da revolução cultural). Os elementos mais radicais da "Revolução Cultural" foram afastados. Aliás, o fato mais expressivo que demonstra os limites da mobilização da "Revolução Cultural" é que as mobilizações se faziam a partir do culto do "pensamento do presidente Mao".

O período da década de 60, e sobretudo os anos da Revolução Cultural, foram os anos em que a política externa chinesa mais se distinguiu — positivamente — da soviética. Além de criticar as capitulações da URSS ao imperialismo americano, os chineses apoiaram política e materialmente vários movimentos revolucionários no mundo, apoiaram o movimento de maio de 1968 na França, se opuseram à invasão da Tchecoslováquia. Mesmo nesta época, a diplomacia chinesa não deixou de cometer erros importantes — o apoio a regimes "nacional-democráticos" no 3.º Mundo, a defesa da "revolução por etapas", com o resultado catastrófico na Indonésia em 1965 (um golpe que massacrava centenas de milhares de pessoas).

Os anos 70 foram os anos de declínio do maoísmo, de perda de atração como corrente internacional, desde antes da morte de Mao (1976). A liquidação da "Revolução Cultural" marcou uma guinada à direita na política interna, que foi ainda mais impressionante na política externa: aproximação com os EUA, definição da URSS como "inimigo principal", a anti-marxista teoria dos "três mundos" (que implica o apoio a todos os regimes do "3.º mundo" e mesmo aos regimes do "2.º mundo" (Europa capitalista) contra o "1.º" (EUA e sobretudo URSS), apoio aos regimes mais reacionários da face da terra (inclusive Pinochet) — antes da morte de Mao).

Com a presença de mais de duzentos delegados de diretórios e núcleos, o PT gaúcho realizou sua Pré-Convenção no último dia 27 de novembro, domingo, no plenário da Assembléia Legislativa.

A pré-convenção estadual vinha sendo aguardada com muita expectativa em função da paridade de forças entre as duas articulações que se formaram para disputar o Diretório Estadual: "PT-83: Um Passo Adiante" e "Contribuição ao Debate", correntes que envolveram praticamente todos os membros da atual Executiva.

Após uma abertura que contou com representantes do DIEESE, da Central Estadual de Trabalhadores, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e do PMDB — falou o ex-deputado federal Odacir Klein, usou da palavra um dos dirigentes nacionais do PT, Luís Eduardo Greenhalgh que, em nome da Executiva Nacional, saudou os convencionais e fez uma rápida análise das tarefas do partido na conjuntura e um balanço do processo de convenções a nível nacional.

A segunda parte da pré-Convenção previa a apresentação das propostas e sua defesa em plenário por um conjunto de representantes das duas articulações. A pré-convenção foi marcada por um clima de muito entusiasmo, muita garra e disposição de vencer das duas chapas.

Os critérios previamente estabelecidos garantiam a democracia interna e a representação proporcional das duas chapas, inclusive, na composição da Executiva, algo que não ocorreu em outras pré-convenções estaduais do PT, como em São Paulo. Nesse sentido, o PT gaúcho deu uma lição de como "construir a unidade com a diversidade de opiniões em seu interior" como afirmou o presidente reeleito Olivio Dutra.

A proposta "PT-83: Um Passo Adiante" encabeçada por Raul Pont, Miguel Rosseto, José Clóvis Azevedo, Paulo de Tarso Carneiro e outros dirigentes do PT gaúcho procuravam dar continuidade ao "Projeto Político para o PT", documento aprovado pelo Diretório Nacional e em debate dentro do Partido, aprofundando algumas questões e propondo outras ainda em aberto no próprio "Projeto" que será votada na Pré-Convenção Nacional.

Assembléia Constituinte

Essas resoluções (ver ET nº 181) propunham que quanto a estratégia que o PT deve assumir é "por um governo dos trabalhadores", e não um governo "popular" ou "democrático popular", nem muito menos, o PT vir a se comprometer com possíveis governos de "coalizão democrática" ou "de unidade nacional" com o fim do regime militar. Quanto à tática para a conjuntura, a proposta defende que o partido ao levar a luta pelas eleições diretas deve fazer a agitação também da bandeira de uma Assembléia Constituinte, como uma alternativa real e concreta para um regime cuja crise se acelera num ritmo cada vez maior. A proposta "PT-83" parte do pressuposto de que a luta por eleições diretas — levada isoladamente — corre o risco de endossar ou legitimar um processo que, evidentemente, será negociado pelos liberais com alguns casuísmos ou garantias para que o regime não perca o controle da situação. Por isso, a luta pelas eleições diretas antecipadas necessitam de uma proposta globalizadora das reivindicações dos trabalhadores frente a crise vivida pelo regime.

Outra resolução de "PT 83" aprovada na pré-convenção gaúcha foi que o PT assumia, como uma política nacional na sua visão de alianças, a concepção da frente única dos trabalhadores, negando alianças com setores liberais da burguesia ou seus representantes populistas.

O PT deve assumir o papel de interlocutor junto aos demais setores do

Pré-Convenção do PT gaúcho Uma vitória para a unidade do partido

O PT deve assumir a luta pela construção de um governo dos trabalhadores pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Deve articular uma proposta de frente única dos trabalhadores. Estas são algumas das resoluções políticas aprovadas pela pré-convenção do PT gaúcho, que trouxe também várias conquistas orgânicas para o partido.

Da Sucursal



sindicalismo combativo, da esquerda da Igreja, dos partidos na clandestinidade que se reivindicam do socialismo e do movimento operário, para a atuação

conjunto em cima de propostas unitárias de luta.

Constava também das resoluções vencedoras a bandeira do anti-imperia-

Criado diretório municipal de Porto Alegre

No sábado, dia anterior à Pré-Convenção regional, foi realizada a 1ª Convenção Municipal do PT de Porto Alegre com a participação de 101 convencionais (57 delegados das zonais, 43 delegados dos núcleos e o Vereador Antônio Hoffeldt). Ela foi a conclusão de um processo de discussão iniciado em abril nos núcleos e zonais sobre a necessidade de centralizar e dar um sentido unitário para a intervenção do partido na Capital.

A preocupação com a situação dos municípios com mais de 1 milhão de eleitores, que por determinação da LOP não têm um organismo unitário, já tinha chegado ao Diretório Nacional do PT que no projeto de regimento interno prevê a criação de Comissão Diretora Municipal nestes municípios. Na Capital gaúcha, foi aprovada a constituição de um Diretório Municipal (consenso entre as duas articulações) tendo sido aprovada a proposta de composição defendida por "PT-83": o Diretório do PT de Porto Alegre é

integrado por 20 membros titulares eleitos na Convenção e mais sete suplentes, pelos Presidentes das seis Zonais, pelo Vereador-Líder e por um representante de cada núcleo de categoria profissional ou movimento sociais; foi eleita também uma Executiva colegiada integrada por dez membros que comporão as secretarias de Organização, Filiação e Nucleação, Finanças, Divulgação e Imprensa, Estudantil, Sindical e Movimentos Comunitários e mais o líder da bancada que neste organismo terá um local de articulação do trabalho parlamentar com o conjunto do Partido.

Após a discussão sobre a conjuntura e a definição do Diretório foram apresentadas duas chapas para o Diretório e Executiva. A articulação "PT-83" elegeu 12 titulares e 4 suplentes do Diretório contra 8 e 3 da "Contribuição ao Debate". Para a Executiva Municipal foram eleitos seis do "PT-83" e quatro do "Contribuição".

lismo como uma das questões mais importantes para o PT assumir devido a total submissão do regime militar ao FMI e a política agressividade de Reagan para a América Latina.

Construção do PT

Outro ponto de resolução importante constituía-se na construção partidária, que acabou adquirindo maior importância ainda pois se evidenciou o problema na própria pré-convenção.

A articulação "PT-83" defendia que o problema do PT não é o caráter "federativo" de correntes ou grupos que assumem suas direções. O direito de tendência, a democracia interna do PT é, isto sim, sua maior virtude. A construção do partido passa portanto pelo reconhecimento e a garantia de representação das correntes e estas devem ter o compromisso de se submeterem as decisões majoritárias que o partido assume.

Neste ponto, onde havia uma profunda divergência com a outra articulação "Contribuição ao debate" pois estes defendiam que a posição majoritária deveria ficar com os cargos importantes da Executiva e completar a proporcionalidade com vogais e suplentes. A chapa "PT-83" vinha defendendo que, além da proporcionalidade, e independente de quem vencesse, a composição da Executiva deveria contemplar ambas as chapas com os cargos de maior importância como presidência, secretaria geral, secretaria de organização e tesouraria.

O presidente Olivio Dutra, mesmo tendo declarado seu compromisso com a chapa "Contribuição ao Debate" defendia também essa posição quanto a composição da Executiva, diferente de seus companheiros de chapa, Clovis Ilgenfritz da Silva, Adeli Sell, Selvino Heck e outros que não abriam mão da "coesão" entre os principais responsáveis pelo funcionamento do Partido.

A resposta do plenário ao dar a vitória a chapa "PT-83" por 109 votos contra 95 votos, foi de garantir a unidade do Partido, de aprovação a um método de construção do PT que rompe com a visão estreita do controle monolítico da estrutura partidária.

Mesmo vitoriosa, a chapa "PT-83" garantiu a presença de Olivio Dutra na presidência do PT gaúcho, propondo uma chapa que intercalava nomes das duas chapas, apenas estabelecendo a maioria proporcional entre os membros suplentes. Foi mais uma vitória do PT gaúcho que na última semana já dera mais dois passos importantes: a realização de quase todas as convenções municipais oficiais previstas para a primeira fase e que, virtualmente já garantem a legalização oficial em janeiro, e a construção do Diretório Municipal de Porto Alegre, superando a estrutura legal que a legislação impõe.

Executiva eleita

- Presidente: Olivio Dutra
 * 1º Vice: Nelson Sá
 2º Vice: Silvino Heck
 * Secretário Geral: Raul Pont
 Sec. de Organização: Cezar Alvares
 * Tesoureiro: Adroaldo Correa
 1º Vogal: Adeli Sell
 * 2º Vogal: Clóvis Oliveira
Suplentes:
 * 1º) José Clóvis Azevedo
 2º) Laerte Meliga
 * 3º) Silvio Nogueira
 4º) João Couto
 * 5º) Miguel Rosseto
 6º) Clóvis Ilgenfritz
 * 7º) Antônio Losada
 * 8º) Firmo Trindade

(*) "PT-83" Um Passo Adiante"